



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1991/13	DATA: 19/11/2013	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 15h01min	TÉRMINO: 18h13min	PÁGINAS: 67

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Secretário de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente.
JOÃO ARNALDO NOVAES JÚNIOR - Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio.
ANTONINHO ROVARIS - Secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG.
ADRIANA RAMOS - Secretária-Executiva Adjunta do Instituto Socioambiental — ISA.
ARNO JERKE JÚNIOR - Coordenador Técnico do Instituto CNA — Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.
JEAN-FRANÇOIS TIMMERS - Superintendente de Políticas Públicas do WWF-Brasil.
MARY ALLEGRETTI - Presidente do Memorial Chico Mendes.

SUMÁRIO

Debate sobre a situação das populações que vivem em unidades de conservação de proteção integral.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Boa tarde.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública destinada a debater o tema *Situação das populações que vivem em Unidades de Conservação de Proteção Integral*. Eu quero dizer que o requerimento é uma ação conjunta entre este Deputado que vos fala e o Deputado Henrique Afonso, meu companheiro de partido, Deputado pelo Acre. Peço desculpas pelo meu atraso. Terça-feira é um dia complicado, porque a gente vem de nossa base e, às vezes, a condução não ajuda.

Quero saudar aqui uma pessoa que há muito tempo não frequentava esta Casa, que é a Mary Allegretti, minha companheira também. Rever todos vocês é um prazer. O Deputado Ricardo Tripoli, como sempre, muito presente, está acompanhado de perto pelo Roberto Cavalcanti, que é nosso companheiro.

A todos vocês eu quero dizer que esse é um problema que se arrasta por muito tempo no Brasil, e nós precisamos dar uma resposta às pessoas que vivem a aflitiva situação de morar em territórios que foram transformados em parques, cuja destinação ainda não foi efetivada pelo Governo. A gente não tem tido condições de ver solucionado o problema dessas pessoas, e são muitas.

Para conduzirmos os trabalhos, já que temos muita gente, e é bom que estejam aqui... O pessoal do movimento extrativista mandou algum representante? Não, não é? Eles ainda não chegaram, eles moram mais longe do que eu. Então, eu quero chamar aqui o Sr. Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, meu companheiro de muitas audiências (*palmas*) — ele já é um Deputado, ainda não diplomado por descuido desta Casa (*risos*); o Sr. João Arnaldo Novaes Júnior, Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade — ICMBio (*palmas*); o Sr. Antoninho Rovaris, Secretário de Meio Ambiente da CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (*palmas*); e a Sra. Adriana Ramos, Secretária-Executiva Adjunta do Instituto Socioambiental — ISA. (*Palmas.*) Então, completamos o nosso primeiro time.

Eu quero anunciar a presença do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o meu amigo Feliciano, e avisar aos amigos que o evento é transmitido pela Internet ao vivo e será gravado. Quero que vocês assinem a liberação de direito



de uso para a nossa *TV Câmara* usá-lo durante a sua programação. Também estamos inovando aqui, na nossa Comissão. Acho que as outras Comissões já começaram a fazê-lo também. Nós ampliamos o nosso auditório, com pessoas podendo entrar ao vivo no Portal e-Democracia. Elas poderão e deverão — atenção, internautas! —, participar, enviando as suas questões, as suas perguntas, para que os nossos debatedores possam responder a contento. A nossa equipe técnica vai fazer o meio de campo.

Eu quero dizer ainda aos meus amigos palestrantes que eles terão 15 minutos, sem qualquer rigidez, mas é bom que a gente observe o tempo para que a segunda Mesa também possa se expressar, antes que comece a sessão do plenário.

Então, vamos começar ouvindo a intervenção do nosso Roberto Brandão Cavalcanti.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Boa tarde a todos e a todas.

Sr. Presidente, muito obrigado pelas suas generosas palavras. Realmente, eu não me sinto um Deputado honorário — mas o que eu posso fazer, e não só eu — mas aqui estou representando a Ministra Izabella, que tem entendido que é fundamental ter uma presença assídua do nosso Ministério nessas questões tão importantes que as demais Comissões trazem à pauta. Eu queria também parabenizar os Deputados proponentes pela oportunidade desta audiência pública, cujo assunto é absolutamente central dentro da estrutura do Ministério.

Obviamente, as Unidades de Conservação, principalmente as de proteção integral, como no dizer do nosso Secretário-Executivo, são as joias da Coroa e teriam que ser as âncoras do planejamento territorial e conservacionista do Brasil. Entretanto, a gente se vê nessa situação dramática — não vou exagerar —, que, em muitos casos, praticamente impossibilita a credibilidade do Ministério do Meio Ambiente na criação de novas UCEs, porque, quando se olha as UCEs existentes, vê-se um cenário de questões não resolvidas, da presença das populações humanas. E embora o problema esteja dentro da esfera do meio ambiente, a gente está naquela situação paradoxal em que a solução não é exclusiva do Ministério do Meio Ambiente, porque depende da colaboração de muitos outros Ministérios, que estão afeitos às questões territorial, populacional, de desenvolvimento agrário, da



agricultura, e também — tenho muita satisfação e cumprimento, mais uma vez, a escolha dos membros da Mesa —, da sociedade civil e dos grupos que se dedicam ao estudo dessa questão.

Eu não trouxe o Power Point. Normalmente, o Presidente, Deputado Penna, sabe que, dentro da minha tradição de professor universitário, eu não perco a chance de trazer um Power Point para dar uma aula sobre o assunto. Mas hoje eu devo admitir que, num assunto dessa complexidade, a gente tem mais é que ouvir, porque não existe uma solução única. Essas Unidades de Conservação se colocam em todos os biomas brasileiros e estão em todos os tipos de situação, de população humana, de usos econômico e regional possíveis. Então, pegar e trazer um Power Point de 10 eslaides, dando a receita do bolo para a solução, é até de certo ponto meio arrogante, porque você começa a achar que tem informações onde não tem. Esse é o desafio principal que se nos coloca na resolução dessas questões.

Essa não é uma tarefa impossível, eu queria dizer isso, pelo contrário, eu acho que as pessoas que vão palestrar aqui... Aliás, eu queria registrar, o senhor fez referência à Dra. Mary Allegretti, que tivemos muita honra de tê-la como Secretária da Amazônia no Ministério a que hoje eu pertencço. Sem dúvida, ela também vai dividir a experiência que teve dentro do Ministério, lidando com situações como essa.

Mas o que acontece? A minha parte é de biodiversidade e de conservação. O que são as Unidades de Proteção Integral? São aquelas unidades consideradas, *grosso modo*, as áreas insubstituíveis. Ou seja, as áreas onde realmente a conservação integral é a opção mais necessária. E o grau de alavancagem, podemos dizer, se olharmos com percentagem do território, é relativamente pequeno. Se olharmos globalmente, 50% da biodiversidade do mundo está em 2% do território terrestre.

Aqui, obviamente, nós temos que ter uma sensibilidade especial e a prioridade número um é respeitar as populações e as pessoas que estão lá, mas temos que colocar em perspectiva com que percentagem do território nós estamos lidando.

As reservas biológicas, estações ecológicas e os parques nacionais, numérica e proporcionalmente como território, não são a maior parte das Unidades de



Conservação. A maioria dos territórios de Unidades de Conservação, a princípio, é alocada em áreas de uso sustentável. Não quer dizer que não haja Unidades de Conservação de uso integral muito grandes. Há.

O maior Parque Nacional de Floresta Tropical do mundo está no Brasil, que é o do Tumucumaque, com 4 milhões de hectares, do tamanho da Bélgica. Mas aquela é uma região, é um parque que paradoxalmente foi criado sem... Não há nenhum parque que não haja questões de interação e de eventuais conflitos com populações humanas. Mas o Tumucumaque é um parque que, em sua grande maioria, foi bem resolvido. E aí eu devo também reconhecer o trabalho que entidades, como as que estão aqui presentes, trabalharam na ajuda, no desenho do parque, justamente para a criação dessas áreas.

Outras áreas sofrem de situações distintas. Muitos parques e reservas foram criados acima e além da fronteira de ocupação humana. Então, o que acontece? À medida que a população humana foi se chegando, em muitas situações você não tem uma placa dizendo: *“O parque começa aqui”*. Acidental ou intencionalmente, você tem processos de ocupação e, na hora de fazer a consolidação, você se depara com essas populações. Agora, não é o caso, pelo menos na minha visão, de procurar quem é o culpado. Não é isso. É ver como estão as situações, quais são as alternativas que a gente pode usar para resolver. E, sem conhecer os casos particulares, é claro que nos extremos há aquele negócio: *“Ah, não pode mexer em nada, todo mundo tem que achar um caminho”*. E outro extremo seria: *“Não, vamos transformar todas as áreas de proteção integral em áreas de uso sustentável, aí a gente resolve e ninguém precisa sair”*. Não é bem assim. Algumas áreas de proteção têm que ser integralmente protegidas, isso não é um desprestígio para a população humana. Em algumas situações, de fato, a melhor estratégia de conservação é não ter pessoas trabalhando dentro daquela área. E, mesmo as áreas de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como a RDS Mamirauá, que é para a proteção dos recursos pesqueiros, as áreas das reservas extrativistas, como aquelas do Amapá, do Cajari, onde se volta para a questão de extrativismo de castanha, existem áreas intangíveis.

Então, dentro de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável você tem áreas de circulação intensa, áreas de pouca exploração e áreas de não exploração.



Por quê? É o conceito do mosaico, em que a população humana ocupa os territórios em mosaicos, em que parte você está mais voltado para a conservação e outras para uso intensivo de todas as categorias.

Então, nosso desafio aí é sobrepor essas Unidades de Conservação de Proteção Integral num mosaico regional e entender onde estão as situações, por que nós temos situações difíceis. Infelizmente, aquela situação mais comum, e aí realmente o Ministério precisa de ajuda, inclusive da sua própria ajuda, para resolver, são unidades que foram criadas com populações preexistentes lá, e nada se fez, ao longo do tempo, para resolver essa situação; não foi dada uma mensagem clara.

Eu vi aqui, na proposição de audiência, que esse parágrafo está absolutamente correto. As populações continuam vivendo por décadas, mas com restrições. Nós podemos pegar e liberar ali? Não, isso são situações provisórias que não atendem, primeiro, nem às expectativas da população que está lá dentro, que quer uma regularização definitiva, nem a meta de conservação, porque se era para liberar o uso, então não precisaria criar uma UC ali.

Já vou terminar minha intervenção, porque eu sei que há uma longa lista de palestrantes. Se puder, depois eu volto, ao final.

Há duas estratégias: primeiro, dentro do sistema das Unidades de Conservação de Proteção Integral, a gente tem que ter muita clareza de quais são as áreas insubstituíveis. À medida que se vai criando um sistema, o que acontece? O sistema é todo rebalanceado. Isso acontece em qualquer país do mundo: se temos, por exemplo, sete, oito, nove Unidades de Conservação no Cerrado e cria uma décima, o valor relativo de todas tem que ser... Então, existe espaço, se a gente aceitar a hipótese de criar novas UCs de Proteção Integral, para resolver o problema daquelas já existentes, dentro do quadro de um novo desenho do sistema, em seu conjunto. Então, qualquer solução para uma UC tem que levar em conta a contribuição do sistema.

Nosso diretor de áreas protegidas está aqui presente, com técnicos da Secretaria também; a ASPAR ali, sempre fiscalizando, Deputado, vendo se o Secretário está falando as coisas certas. *(Risos.)*



Há três critérios que a gente procura levar em conta na questão da biodiversidade: primeiro, não pode haver extinção de espécies. Eu não conheço praticamente nenhum caso de espécies extintas que foram intencionalmente extintas. O que acontece é que na prática as ações humanas, por pouco conhecimento, seja lá por que for, levam a extinções. Felizmente no Brasil praticamente nós não temos situação de espécies extintas na natureza, mas nós temos muitas espécies que estão próximas da extinção.

(Não identificado) - Ameaçadas.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Então, para essas, a gente tem que dar uma chance. Eu digo sempre que a conservação é a atividade mais barata que há, porque as espécies se reproduzem de graça — as plantas e os animais. A gente não precisa pagar para elas se reproduzirem. Este é o primeiro critério: não pode haver extinção de espécies. Há pouquíssimos casos de espécies que estão restritas num lugar só; espécies que a gente já até considera como ameaçadas — e estão. Por exemplo, a onça-pintada ocorre desde a Argentina até praticamente o México, a Guatemala. Ou seja, não é difícil haver um programa de conservação da onça-pintada quando se tem um território desta vastidão, tanto é que há populações boas no Pantanal, na Amazônia. É claro que, na Mata Atlântica, as populações estão... Então, a gente tem que olhar isso.

Outro: manutenção de cobertura. Esse é outro critério. A gente tem que ter uma cobertura “x” de ecossistemas. O pessoal reclama do rigor da Lei da Mata Atlântica. É uma lei rigorosa, mas por quê? Porque estão sobrando 8%. Se a gente conseguir aumentar a cobertura vegetal da Mata Atlântica para 20%, a conversa será totalmente outra. Vamos ter exploração de madeira sustentável, exploração de ene plantas, mas hoje é aquele negócio terrível: há tão pouca coisa que, se alguém começa a cortar ali, você já cria um problema muito grave. A questão da recuperação florestal ganha, porque não é só a madeira nativa na Mata Atlântica que está com problema. Temos um apagão florestal, num péssimo sentido. A maior parte do suprimento florestal para a Mata Atlântica vem de fora. A Mata Atlântica tem dois terços da população brasileira e três quartos do PIB. Esse é o segundo critério.

O último critério é manter os ecossistemas naturais funcionando. Essa é a questão importante. Também não é difícil, porque o teor de oxigênio na atmosfera,



os senhores sabem, é produto da atividade biológica. Quase todas as condições que permitem a vida na terra são resultantes da atividade biológica. Por que os ventos, por exemplo, nas áreas terrestres, são moderados ou poucos? Porque há cobertura vegetal com árvores. Eu já estive em excursões no Ártico. Você vai ao Ártico, nas montanhas altas do deserto, e vai ver que venta o tempo todo. Por quê? Não tem árvore. Então, quase todas as funções do ecossistema dependem da manutenção de cobertura florestal.

Aqui, no Distrito Federal, a gente tem inúmeros bons exemplos. A água que a gente tem aqui, a água do Plano Piloto vem de uma represa que está dentro do Parque Nacional de Brasília. É uma água de tão boa qualidade que praticamente não é necessário passar por uma usina de tratamento. O pessoal joga um cloro e... Bom, mas é uma água que já sai potável. Qual é o valor econômico da existência do Parque de Brasília? Isso é grátis e continuamente: as piscinas de água mineral. Eu sei que o assunto que nos traz aqui hoje é difícil, muito pesado, mas a gente tem também que olhar a vantagem de a gente ter áreas conservadas e bem administradas, que são tesouros de países como o Brasil, que é o G-1 de Biodiversidade. Os Estados Unidos têm uma enorme fama mundial pelos seus grandes e magníficos parques. Os nossos parques têm todas as condições de serem tão bons ou melhores do que qualquer parque dessas regiões do mundo, porque tem os atrativos naturais e tem a população brasileira.

Agora, os desenhos dos parques não podem ser agressivos para a população humana. Infelizmente, a gente tem esses conflitos. Não depende só de o MMA resolver. A gente precisa ter uma base científica, e aí eu registro a presença dos pesquisadores do Gurupi, Deputado, que vieram aqui sabendo da história da demanda. Por que o que é? O Gurupi é a última área de Mata Amazônica, ali no Maranhão, daquela região oeste. As últimas espécies estão lá. Então, é uma reserva biológica? Tem que haver uma reserva biológica, aquilo tem que ser uma reserva biológica. Mas como que você viabiliza uma reserva biológica? Os pesquisadores sabem o que é preciso, do ponto de vista científico, mas eles não vão ter sucesso se os outros Ministérios têm assentamentos da reforma agrária. Se o MDA não entrar no circuito e ajudar, esta reserva não vai poder existir. Então, a manutenção dessas



áreas, embora sejam dentro da carga do MMA, o Ministério sozinho não vai conseguir resolver as questões sem a ajuda de todos vocês.

Então, estou disponível aqui para ouvir, agradeço e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Estão presentes a Deputada Keiko Ota, os Deputados Paulo Cesar Quartiero, Costa Ferreira, Augusto Carvalho, e os já citados, Deputados Ricardo Tripoli, Henrique Afonso e Pastor Marco Feliciano.

Nós vamos passar imediatamente a palavra ao Sr. João Arnaldo Novaes Júnior.

O SR. JOÃO ARNALDO NOVAES JÚNIOR - Eu vou, por respeito ao Secretário, manter aqui a mesma postura de não utilizar o Power Point. *(Riso.)*

Quero aqui, antes de tudo, Deputado, agradecer a oportunidade. É sempre importante para a operação das políticas públicas esse momento de encontros. E a Câmara dos Deputados permite isso mais do que qualquer outra instituição não só com os legítimos representantes do povo no Congresso Nacional, como a sociedade civil que aqui tem amparo e espaço para debater, e que a gente tem não só um espaço para prestar contas, mas também para ajudar a construir saídas. Esse é um caso emblemático de uma situação complexa, antiga, e que precisa, sem dúvida, o quanto antes de uma resposta para cada situação.

Eu quero aqui fazer uma observação específica. É uma honra poder contar, neste evento, com a presença de Mary Allegretti, que é uma referência para todos nós que trabalhamos com a agenda ambiental brasileira, por toda a sua história, por todo o seu esforço não só no Ministério do Meio Ambiente, mas na militância que continua exercendo. Também Adriana Ramos, que sempre nos inspira a continuar construindo caminhos, diante dessa complexidade de desafios que nos deparamos quando precisamos solucionar situações tão complexas, na qual eu já inicio aqui com algumas ponderações.

Já no sentido de complementar, porque não vou repetir, nem teria a ousadia de fazer com maior brilhantismo do que o Secretário já adiantou, mas no sentido de que nós temos que fugir do risco das dicotomias. Talvez a maior armadilha que possa estar nos trazendo diante da problemática que, às vezes, traz na sua essência uma imagem de conflito a princípio, eu quero defender que esse é um risco que temos que fugir: é o risco da conservação, um risco como um contraponto a



direitos sociais, a direitos fundamentais de comunidades tradicionais. Diante do desafio de evitar a dicotomia há também a busca pela implementação dos agentes. E, muitas vezes, há um aparente conflito, porque a forma de operar a solução também é difícil, pois não existe uma fórmula única.

A princípio, uma primeira questão é analisar caso a caso como precisa ser visto. Cada um tem uma complexidade própria. Não dá para tratar, por exemplo, uma comunidade tradicional com todas as suas legitimidades de ter acesso, por exemplo, à terra, que, por acaso tenha chegado a uma área que é uma Unidade de Conservação após a sua criação, do ponto de vista não do direito à terra, ela tem que garantir, ainda que tenha chegado depois, se instalado, o poder público tem que garantir o acesso à terra a essas comunidades. Mas uma coisa são comunidades que chegaram depois da unidade criada e aquelas comunidades que chegaram, às vezes, há 50, 100 anos, o que não quer dizer que a necessidade de implementação da unidade para o objetivo a que foi criada é contraditório ao direito de famílias em ter acesso a políticas, à terra e à melhoria da qualidade de vida. Talvez, na essência, seja essa a falsa dicotomia. Porque muitas vezes, em algumas situações, comunidades que se refugiaram em algumas dessas áreas o fizeram por grandes perseguições, por dificuldades de sobreviver em locais onde estavam. Isso não quer dizer que hoje esse local onde estão seria necessariamente o melhor local, ainda que a oportunidade para se discutir alternativas não tenha sido apresentada.

Mas, objetivamente, o que tem que se buscar talvez seja uma prateleira de opções para cada caso. Por exemplo, tem sido uma experiência bastante positiva a construção coletiva de várias instituições para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas. Várias instituições, a PNGATI foi criada e está aí. Nesse momento, há várias organizações sendo capacitadas em oficinas, para a construção da gestão integrada de área de terras indígenas, inclusive em alguns locais sobre a posição de Unidade de Conservação. Isso é um esforço que se tem demonstrado bastante positivo em várias áreas onde isso já começou a acontecer. Em alguns locais, nós vamos perceber que, talvez, a pretensão de algumas comunidades não seja compatível com o objetivo prioritário da conservação da biodiversidade em que espécies ameaçadas, com forte restrição,



precisam, necessariamente, de um tipo de prevenção de pressão diferenciada de outras áreas.

É nesse sentido que eu trataria o que seria o desafio do caso a caso. E quero tratar isso de forma transparente. Às vezes, eu imagino que há uma presunção de que as comunidades não entendem a visão do todo, inclusive do interesse coletivo. Eu acho que, talvez, um desafio seja mapear a demanda e construir esse diálogo franco, a partir inclusive das perspectivas.

Eu não tenho a menor dúvida, até por algumas discussões que nós fizemos com algumas comunidades, que uma alternativa seria a própria permanência em algumas dessas unidades, com melhor infraestrutura, com melhores condições de acesso à política seriam muito mais aceitas, por exemplo, do que a simples perspectiva de uma regularização ou de uma desafetação ou de uma alteração de categoria da Unidade de Conservação para uma de uso sustentável, por exemplo.

Então, cada situação tem que ser tratada: primeiro, considerando o respeito aos direitos de cada família, de cada comunidade não só como cidadão, mas com pessoas que residiam, considerando especificamente quem já estava lá, de forma legítima, que não estava grilando terra, que não estava cometendo nenhuma ilegalidade. Pelo contrário, buscando sobreviver de forma digna. Há muitos casos de pessoas que foram levadas pelo próprio poder público para ocupar aqueles locais, em algum momento, como o caso dos soldados da borracha, e que, em outro momento, se tornam vilões, pelo menos na perspectiva das construções de conflitos temáticos.

O que eu estou dizendo aqui é que, primeiro, como já foi colocado, se trata de casos complexos porque nós não temos a clareza das expectativas. A primeira expectativa, do ponto de vista da conservação da diversidade, está clara, mas a expectativa de solução para cada problema, em cima do que vai ser a melhoria da qualidade de vida, do acesso a políticas públicas, essa expectativa, nós não temos clareza. Muitas vezes é provável que o diálogo aberto, a construção coletiva, a transparência no processo, a garantia de instrumentos, inclusive de indenização justa, não estejam muito claros.

Imaginem, por exemplo, uma família que tenha interesse de ir para outra área, uma terra com condições similares, com melhores condições até de recursos,



algum tipo de indenização por esse processo precisa ser previsto. Esse é um esforço que nós temos que construir enquanto ferramenta. Talvez apenas o reassentamento, em si, em vários casos, não seja, por si só, por conta do próprio impacto dessa saída.

Muitas vezes as comunidades tradicionais — eu me lembro bem, para fazer esta comparação — têm uma visão de ocupação do espaço diferente de um agricultor tradicional. Elas não visualizam ali uma mera área de transformação do uso do solo. Não dá simplesmente para colocar um trator na mão de cada família, enxada, recursos, crédito e pensar que ela vai se resolver. Muitas famílias, no Brasil, fizeram isso com incentivo público.

Para comunidades tradicionais que têm relação de espaço, a diferença é que, com acesso a recursos naturais, com uso múltiplo da floresta, a floresta está em pé, mas às vezes esse uso pode, eventualmente, dependendo do tipo de espécie que é objeto de conservação naquele local, não ser compatível, e isso tem que ser colocado de forma tranquila.

Lembro-me bem da experiência que nós tivemos em algumas reservas extrativistas que estão em outra situação, que não trazem os problemas das Unidades de Produção Integral, porque a finalidade é estimular, organizar o uso sustentável dos recursos florestais para a melhoria da qualidade de vida das famílias. Para isso, um bojo de políticas públicas está sendo adaptado, porque, historicamente, não chegava a essas famílias, até pelas barreiras de adaptação das políticas para o Brasil Profundo, tão cantado recentemente. As políticas não chegavam a vários desses locais, mas existe o esforço de adaptação para essa melhoria e o debate sobre sustentabilidade. É muito interessante observar que quando o debate é feito, inclusive sobre reserva extrativista, com áreas prioritárias nessas reservas para conservação, por exemplo, de berçários naturais, áreas em que há maior importância para algumas espécies ou maior escassez, as comunidades deliberam pelo não uso, pela não utilização de determinadas áreas.

Então, o que eu quero reforçar com isso é que nós temos a obrigação, se queremos construir uma solução como desafio desse tema, de superar o risco das contradições. Nós não podemos admitir a ideia de que haja contradição entre a busca pela conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida e o



acesso aos direitos dessas famílias. Ainda que, eventualmente, isso seja necessário em vários casos, nós temos que construir melhores alternativas fora dos locais onde essas famílias possam estar, mas, de forma tranquila, transparente e sem os riscos de nos perdermos no debate mais complexo que o tema traz, olhando caso a caso cada expectativa, a necessidade e a realidade de cada família.

Da mesma forma, eu concluiria dizendo que outro desafio de superação é como envolver as famílias nas estratégias de conservação da biodiversidade. Muitas querem e muitas fazem isso, não necessariamente famílias que estão dentro das Unidades de Conservação. Muitas vezes, inclusive no entorno dessas unidades, nós temos experiências fantásticas. No Brasil e no mundo, quando as dicotomias são superadas, com alguns incentivos e algumas políticas públicas adaptadas, é possível, sim, melhorar ainda mais os indicadores de conservação da biodiversidade com a integração desses esforços. Pelo contrário, normalmente a ameaça se dá pelo distanciamento, pelo aumento dos muros, que, muitas vezes, não existem na forma de tijolo e de cimento, mas existem na forma de se implementar políticas.

Talvez o nosso grande desafio seja, antes de tudo, da superação das contradições, derrubar os muros, construir consensos e ter clareza de que não é apenas uma saída que vai ser a melhor para todos. Cada caso vai depender do nosso esforço, da nossa criatividade e de muita honestidade, especialmente com as comunidades tradicionais.

Apesar de todo proprietário rural que estiver dentro de uma Unidade de Conservação e não tenha sido indenizado, ele tem o mesmo direito. O proprietário rural — lógico que cada situação tem a sua fragilidade —, no geral, tem como contratar um advogado, tem organizações que fazem a defesa e tal, ainda que nós não tenhamos a menor dúvida da importância dos direitos de cada um. Nós vivemos num Estado de Direito. Temos Constituição para cumprir. Temos que garantir a indenização, temos que construir estratégias. Estamos buscando isso, como no final do ano passado, e, de lá para cá, com vários desdobramentos, na construção com a própria CNA de discussão sobre, por exemplo, a implementação da compensação de Reserva Legal como uma das alternativas para se buscar a regularização fundiária e garantir ajuste e indenização para essas famílias que estão nas Unidades de Conservação. Para além dos mecanismos financeiros e outros, nós temos que



estar abertos e superar preconceitos sobre essa questão. Só quem vai ganhar no Brasil, com a implementação das Unidades de Conservação, é o povo brasileiro, em todos os segmentos, em todos os ramos e atividades.

Então, é nesse sentido que eu quero dizer — eu não teria aqui nenhuma presunção de esgotar o debate — que nós temos aqui, neste momento, uma grande oportunidade de receber orientações, ideias e sugestões de como, além do esforço que está sendo feito no sentido de buscar soluções específicas e gerais, analisando caso a caso, identificando o mapa de identidade de comunidades existentes nessas Unidades, garantindo que nenhum tipo de violência seja cometido ao direito dessas famílias. E, quando isso acontecer, nós temos que estar alertas, para garantir que seja apurado, que seja desfeito qualquer forma de violência ao direito das comunidades tradicionais. E temos que respeitar o papel que cada uma tem para a conservação da biodiversidade e o avanço da agenda ambiental brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Pois é. Há muito tempo, eu perdi a ingenuidade. Há muito tempo! Então, eu acho que há um interesse violento por parte de alguns setores da economia, que demonizam — uma frase que naturalmente o Feliciano não gosta de ouvir, falar do demônio (*riso*) —, a ação ambiental.

Aqui na Comissão de Meio Ambiente, nós — e agora contamos com o reforço do Roberto de Lucena e do Sarney Filho — estamos tentando abrir, para termos um diálogo franco, naturalmente ministrado pelo conhecimento, para podermos avançar. Mas é absolutamente desconfortável, para nós ambientalistas, para a Comissão do Meio Ambiente e para todos os órgãos do Governo, uma situação que vem levando à radicalidade. É impossível. Quer dizer, você tem dificuldades com a burocracia da sociedade brasileira, que tem esse pendor lusitano, e, aí, a culpa é dos ambientalistas. Está na hora de descomprimirmos isso e começarmos a resolver problemas.

Adorei a intervenção de vocês, porque é a voz do Governo, enfim, e vocês estão tendo uma posição aberta e tal. Isso é bacana. Agora, não é possível que a gente continue vítima das manipulações mais grosseiras de um interesse econômico que não tem a menor ligação com qualquer sentido de preservação.

Então, vamos para frente.



Agora é o meu amigo Antoninho Rovaris, Secretário de Meio Ambiente da CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

O SR. ANTONINHO ROVARIS - Inicialmente, obrigado, Sr. Presidente, pelo convite. Saúdo os demais palestrantes, os Srs. Deputados, todos os presentes.

Estou há 5 meses na pasta de Meio Ambiente da CONTAG e fui Secretário de Política Agrícola por 2 mandatos. Portanto, são assuntos complexos, sobre os quais, vou confessar a vocês, procurei estudar um pouco mais, só que ainda não tenho o traquejo, como se diz no sul, com relação a essa questão ambiental. Então, como bom brasileiro — de futebol e de política todo brasileiro entende um pouco —, vou procurar opinar também.

A CONTAG vem acompanhando, ao longo dessas décadas, todo o desenrolar dessa questão ambiental. O fato, eu diria, mais emblemático dos últimos anos foi a questão do código. Todos os senhores e as senhoras tiveram um envolvimento bastante grande para se chegar a um código que não é aquilo que todos nós gostaríamos, mas que, efetivamente, é o que aí está.

Com relação ao tema em pauta, eu fico preocupado, porque, apesar de pouco tempo na pasta e do pouco conhecimento do pessoal do MMA e do ICMBio, quem teria que fazer essa fala seríamos nós. Ou seja, a lamentação aqui teria de vir do lado de cá e não dos senhores que aqui estão representando o Ministério.

Então, eu acho que a justificativa que o Deputado nos coloca em mãos para a convocação desta audiência é plenamente respondida pela falta das duas representações aqui, a do Ministério e a do ICMBio. Sabemos das dificuldades, mas também sabemos do descompasso do Estado brasileiro em várias políticas.

Com relação à questão das desapropriações ou, nesse caso, das demarcações, Deputado, a história mostra, ao longo de muitos anos, que é sempre a mesma coisa. Você faz uma ação, a partir de um decreto, de uma resolução, de algum instrumento legal, e, para você conseguir fazer com que aquele decreto, aquela norma se transforme em realidade leva uma distância de, muitas vezes, 20 ou 30 anos.

A grande questão para nós... E estamos falando aqui muito mais dos agricultores familiares, obviamente! Quando você coloca a possibilidade de um produtor rural contratar advogados e tal, não é a nossa praia, não é o nosso povo



que tem essa condição. Com certeza, não são os extrativistas, os quilombolas, os indígenas e nem os chamados agricultores familiares ou pequenos agricultores que têm essa condição. Conseqüentemente, a gente ouve relatos que nos preocupam enormemente.

Eu vou citar um caso que é emblemático para a CONTAG. Há cerca de praticamente 8 anos estamos discutindo a questão da Mata Escura, em Minas Gerais. Isso é emblemático para a CONTAG! Ou seja, há 8 anos estamos discutindo com o MMA, com o ICMBio mais recentemente, desde a sua criação. São 860 famílias dentro de uma reserva há mais de 8 anos! A última informação que tivemos foi a de que a Prefeitura Municipal ia passar uma máquina nas estradas que estavam intransitáveis e foi multada em 50 mil reais, sob a alegação de que as estradas são intocáveis e que deverão se transformar, efetivamente, em não transitáveis! E nós temos lá 800 famílias!

Bom, eu não estou aqui generalizando. Eu quero deixar bem claro: existem casos e casos, como aqui foi muito bem colocado pelos senhores que nos antecederam. Agora, essa é uma situação emblemática que nos leva a pensar nessa dicotomia que se coloca. Ou seja, a preservação é muito importante — sem dúvida nenhuma, para mim é um dos maiores patrimônios que este País tem que ter —, mas como fica o ser humano que está lá dentro?

A pergunta é: como está se dando a educação dessas famílias, dos filhos dessas famílias? No caso de uma eventual doença grave, como é que essas famílias se deslocam? Qual é o direito desse cidadão brasileiro, que tem um CPF, que tem um título de eleitor, numa situação dessas que estamos relatando e que estão nos relatando?

Então, essa é uma situação que precisa ficar muito clara. Aquilo que você coloca, “diálogos abertos e consultivos”, é muito importante, mas como é que se faz um diálogo aberto e consultivo quando você não tem os instrumentos de Estado para resolver os problemas? A grande questão é a de que assim como... Eu acho que a maioria de vocês conhece a chamada Política dos Territórios da Cidadania, de uma Secretaria do MDA, que traz uma ideia muito bonita, pela qual você centralizaria num determinado território todas as políticas de desenvolvimento sustentável. Só que até hoje isso não funciona, e isso acontece também nas



unidades. Por quê? Você precisa ter uma ação de Governo, e não uma ação de Ministério. Este, para mim, é o grande problema que a gente tem quando se trata de buscar resolver os problemas que, diga-se de passagem, não foram criados por aqueles agricultores que estão lá dentro. Esta é a questão! Muitos deles já estavam lá há muito tempo. Eles foram tomados por uma resolução, muitas vezes até sem serem consultados. Simplesmente chega lá alguém e decreta — desculpem-me, parece que ainda estamos falando de militarismo — uma situação na qual esses agricultores não conseguem tirar sequer, muitas vezes, a sobrevivência.

E eu pergunto: será que a limitação desses agricultores ou dessas pessoas que estão dentro dessa reserva para retirar apenas a sobrevivência é suficiente? Será que essas pessoas não têm o direito de tentar progredir na sua vida? Será que elas vão ter que ficar durante 10, 15, 20 anos numa situação de inércia em função da inércia do Estado e não da sua própria inércia? Elas estão obrigadas a viver dessa forma por uma questão de falta de política que lhes dê as condições de viverem como cidadãos, independentemente da sua condição ou se vão continuar ali mesmo, nas periferias, vivendo do extrativismo ou optando por outra vida, o que lhe é de direito, com certeza.

Então, a grande questão, para nós, é muito clara, para sermos muito enfáticos e também encerrarmos nossa participação. Em conversa com o ICMBio, há cerca de 60 dias, tivemos acesso a algumas propostas de criação de novas unidades de conservação. Pelas minhas contas, ao todo são 142 REDEX e RDS; Unidades de Proteção Integral, 87; e mais 22 de uso sustentável. São 231 ao todo.

Nada mais justo do que a gente buscar a criação de novas unidades de preservação ambiental, buscar a sustentabilidade do planeta, etc. Agora, nós temos uma posição muito clara. Se nós não tivermos a solução, digamos, final da situação, nós não estamos de acordo com que se dê o primeiro passo. Ou seja, ou vamos montar um plano exequível de todo o processo, que durará, sei lá, 3, 5, 10 anos, e nesse período se executará e terá a finalização do processo, ou nós vamos ter que nos posicionar contrários no sentido de que não se criem mais problemas, e problemas que estamos vivendo até hoje com essas situações todas que estamos colocando.



Então, gostaria de deixar isso bem claro. E me coloco à disposição para mais uma intervenção no final. Mas já adianto: eu acho que esta Casa, Deputado, juntamente com o próprio Governo... Se for necessário, nós estamos dispostos a buscar uma solução que sabemos que não é fácil, mas sabemos também que não é impossível, porque se houver uma vontade política do Governo, nós com certeza, ao longo talvez dos próximos 5 anos, teremos resolvido uma grande parte dos problemas que estão sendo colocados neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Antoninho, já falei aqui várias vezes que o Governo não tem nenhum plano para o pequeno agricultor. E isto nos causa espécie. Eu cito o exemplo da única coisa que é coletada do trabalho do pequeno agricultor: o leite. Imagine você o seguinte: a nossa vaca produz 4 litros de leite em média. Seria preciso uma terra enorme para produzir os 40 litros de leite que a vaca da Europa produz e os 25 litros da Argentina. Então, por que não existe uma política de embriões, já que o leite é coletado em cooperativas? Não seria difícil fazer isso, eu concordo. Agora, eu gostaria da flexibilidade de vocês no sentido dos interesses sociais e ambientais de áreas para o bem coletivo.

Vamos ouvir a Adriana.

A SRA. ADRIANA RAMOS - Muito obrigada, Deputado Penna, Deputado Henrique Afonso e Presidente da Comissão de Direitos Humanos pelo convite.

Confesso que tenho certo *déjà vu* de estar aqui, quase 20 anos depois de todo o processo de discussão da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, quando este assunto já era, digamos, a grande a polêmica.

Em 1996, nós organizamos nesta Casa, conjuntamente com a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, da época, um seminário chamado *Presença Humana em Unidades de Conservação*, que buscou contribuir com a tramitação da Lei do SNUC, levantando uma série de alternativas para que a legislação já naquela época tivesse esse cardápio de alternativas para poder resolver o problema.

Eu venho de uma organização que se chama Instituto Socioambiental exatamente porque a gente acredita que não existe a conservação ambiental com a



exclusão social, nem vice-versa, nem a inclusão social sem as condições ambientais necessárias à vida das comunidades. E acho que esta é uma questão fundamental.

A minha entrada nesse tema das unidades de conservação se deu numa experiência no Parque Nacional do Jaú, que na época era o maior parque nacional do Brasil, um parque de 2,2 milhões de hectares, onde havia uma comunidade de mil pessoas — e este era o grande caso usado como exemplo dessa discussão na época.

E uma coisa que sempre me chamou a atenção, porque passados quase 20 anos nós temos ainda a mesma situação, é o seguinte: nós discutimos sempre essa questão da presença humana do ponto de vista das comunidades que são mais vulneráveis, mas nunca discutimos, por exemplo, o fato de que no Parque Nacional de Itatiaia, que é o mais antigo do Brasil, no Parque Nacional Serra da Bocaina, a presença humana é marcada pelas casas de veraneio da classe média alta de São Paulo e do Rio de Janeiro, e esse assunto sequer vem à tona quando esse debate acontece. Então, eu acho que precisamos reconhecer e tentar limpar uma questão que tem um profundo caráter de preconceito social nessa discussão.

Em 1999, o Instituto Socioambiental teve a oportunidade de coordenar, junto com várias outras organizações e com o Ministério do Meio Ambiente, um estudo sobre as áreas prioritárias para conservação da Amazônia. E foi nesse exercício, do qual o Dr. Roberto Cavalcanti participou, inclusive como membro da Conservação Internacional, organização parceira nessa iniciativa, que nós pudemos identificar claramente, talvez pela primeira vez de forma mais embasada cientificamente, a importância de unidades de conservação de uso sustentável e de territórios indígenas para a conservação da biodiversidade. E nós então, a partir daí, começamos a trabalhar na perspectiva de que a conservação é totalmente compatível, até porque as categorias de unidades de conservação, todas as que estão presentes no SNUC, preveem zoneamentos em que se têm áreas tangíveis e intangíveis. Portanto, dentro de cada unidade é possível, por meio dos planos de manejo, estabelecer as regras de uso e, com isso, já diminuir uma boa parte dos conflitos existentes.

Acho que, como o Dr. João Arnaldo lembrou, a atual Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, que é a consolidação de todo



esse processo de discussão sobre a importância das terras indígenas para a conservação, tem demonstrado isto: que é possível trabalhar conjuntamente com diferentes estratégias.

E acho que o Brasil avançou muito. Quer dizer, eu não vou falar aqui das reservas extrativistas já que uma das grandes mentoras da criação da categoria de reservas extrativistas, a Dra. Mary Allegretti, está aqui e vai poder falar depois, mas o Brasil foi vanguarda na criação de uma categoria de unidade de conservação que prevê a presença de comunidades e o manejo sustentável. O País tem sido vanguarda no estabelecimento de instrumentos de gestão comunitária, como é o caso dos planos de uso das unidades, como é o caso dos acordos de pesca, que a gente tem em várias iniciativas. E hoje a gente vê, por exemplo, a Convenção da Diversidade Biológica instituir uma categoria, quer dizer, uma modalidade de reconhecimento da importância dessas áreas, chamada ICCA, exatamente na perspectiva de fazer com que os diferentes países que têm metas a cumprir no âmbito do Acordo de Aichi possam cumprir as suas metas de conservação também com essas unidades de uso sustentável.

Portanto, no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica, nós temos hoje o reconhecimento de uma coisa na qual o Brasil foi vanguarda. E seria muito positivo que pudéssemos reconhecer essas nossas vitórias e fazer com que elas avançassem no sentido de compatibilizar essas coisas de maneira mais adequada e de ter a vontade política de solucionar.

Concordo com que a legislação poderia ter mais alternativas para ter um cardápio mais amplo, e não faltaram propostas de alternativas. Na época da negociação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, havia emendas que previam a possibilidade da reclassificação parcial das áreas com comunidades ou das áreas sobrepostas a territórios indígenas em outras categorias logo após a promulgação da lei, o que teria resolvido boa parte desses problemas; a possibilidade do estabelecimento da interdição provisória das áreas que seriam estudadas para posterior definição das categorias, proposta que à época foi retirada do projeto, e depois o Governo apresentou como medida provisória, na chamada Área de Limitação Administrativa Provisória — ALAP, que foi uma emenda ao SNUC; e também a chamada Reserva Indígena de Recursos Naturais, que era a



ideia de se fazer a reclassificação das áreas sobrepostas para áreas onde se pudesse definir o manejo dentro dos territórios indígenas.

De fato, como disse o Dr. João Arnaldo, há vários exemplos positivos, mas o mais evidente é o seguinte: o Parque Nacional do Pico da Neblina, que fica sobreposto à terra indígena lanomâmi, como o nome diz, é um parque que tem como principal atributo a presença do pico; e as áreas altas para os lanomâmis são sagradas, então, eles nem sequer sobem, não vão, e, se depender deles, ninguém sobe. Então, a possibilidade, por exemplo, de se garantir a conservação de uma boa parcela do parque, sem necessariamente criar limitações ou fazendo uma gestão compartilhada com as populações indígenas, é plenamente possível.

Apesar de todas essas propostas, a tramitação do SNUC, também muito pautada por esse lado da polêmica e da dicotomia, não permitiu o avanço nesses instrumentos. Entretanto, na regulamentação do SNUC, há a previsão dos termos de compromisso: enquanto não se resolve definitivamente a retirada das populações por meio de reassentamento ou de pagamento de indenização, essas populações podem ter a sua permanência regulada por meio desse termo de compromisso, o que daria a elas uma segurança jurídica do seu direito e daria ao Estado a possibilidade de, tendo isso, ou pelo menos tendo assegurado o direito dessas comunidades, fazer uma negociação quase de igual para igual, ou pelo menos em melhores condições de equilíbrio para os possíveis reassentamentos.

Entretanto, o termo de compromisso não vem sendo utilizado. Só em 2012 o ICMBio fez uma regulamentação por meio de uma instrução normativa, e, em maio deste ano, foi assinado um termo de compromisso entre uma comunidade quilombola que vive dentro do Parque Nacional de Aparados da Serra, no Rio Grande do Sul, com o ICMBio, que lamentavelmente foi cancelado posteriormente. O Presidente do ICMBio foi à comunidade e retirou a assinatura que ele tinha apostado ao termo.

Eu queria inclusive aproveitar a oportunidade e deixar com o senhor uma cópia do termo com a assinatura e as notas que foram feitas pelo Movimento Negro Unificado, o movimento dos quilombolas, à época sobre isso.

O que me surpreende nesse caso — e aí realmente eu tenho um incômodo muito grande — é que não se dê a essas comunidades essa alternativa de direito, e,



ao mesmo tempo, a mesma gestão ambiental que tem a preocupação de não permitir a essas comunidades esse direito de permanência de forma legalizada é a gestão que aceitou reduzir um conjunto de unidades de conservação para construção das hidrelétricas do Tapajós. Portanto, eu acho que nós temos aqui dois pesos e duas medidas na vontade política de avançar na solução dos problemas. E acho que essa é uma questão central para se considerar.

O que nós estamos vendo hoje, lamentavelmente, é um grande retrocesso. Nós não temos o avanço na criação de áreas; nós não estamos permitindo que esses acordos avancem no sentido de buscar a solução dos problemas, mas estamos com todo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação extremamente pressionado e premido por um conjunto de outras iniciativas. Aí, Roberto, a gente ainda não tem, mas muito provavelmente nós teremos em breve o registro da extinção daquela bromélia que era endêmica e única na região onde foi construído o lago da Hidrelétrica Barra Grande, em Santa Catarina.

Então, acho que nós vivemos hoje no Brasil uma falsa dicotomia com as populações tradicionais, com os agricultores familiares e colocamos muito o foco nisso como o problema, quando, na verdade, o problema em relação à sustentabilidade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação está em outras soluções, em outras questões.

Eu considero que hoje a legislação já traz um conjunto de instrumentos — o termo de compromisso, a possibilidade dos mosaicos e dos zoneamentos dentro das unidades — que poderiam viabilizar essa visão, digamos, mais racional e de bom senso para permitir a gestão ambiental. Lamentavelmente, acho que o que está faltando é certa coerência e um investimento mais claro na vontade de fazer. Então, se não é para aceitar as comunidades dentro, vamos indenizá-las, vamos reassentá-las, vamos cumprir aquilo que a legislação já estabelece como um caminho.

Acho que a proposta que está posta no projeto de lei que o senhor relatou, Deputado, é uma proposta... Eu diria assim: o Sistema Nacional de Unidades de Conservação não precisaria de novos instrumentos, mas eu vejo que a proposta vem no sentido de buscar resolver um problema. No entanto, eu acho que, para resolver o problema, ela tinha que ter um dispositivo que permitisse a reclassificação automática de todas as situações de presença de populações e que desse ao poder



público, ao contrário, o ônus de reverter e dizer: “*Não, aqui não; nós vamos reassentar*”. Porque, enquanto está nas mãos do poder público o direito de fazer, o poder público não está reassentando, não está assinando o termo de compromisso, ou seja, quem está perdendo em direitos são as comunidades locais e acho que isso todos nós reconhecemos que, em especial num Governo que prima pelo discurso da inclusão social, é bastante controverso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Eu queria neste momento abrir um pequeno espaço para o Sr. Roberto fornecer duas informações rapidamente, porque desfarei a Mesa para os novos debatedores.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Ao cumprimentar os Parlamentares presentes e também o Deputado Sarney Filho, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, observo que nós estamos, obviamente, na obrigação de apresentar os esclarecimentos necessários às provocações tão candentes da minha colega Adriana.

Primeiramente, muito obrigado por sua apresentação.

A questão da Mata Escura realmente é uma situação atípica e está prestes a ser resolvida porque a criação da REBIO é posterior à existência de um assentamento. Então, obviamente, há uma série de desenhos. Evidentemente, não se pode criar uma REBIO em cima de uma área de ocupação humana. Isso descaracteriza inclusive o próprio conceito da área.

Os extremos são relativamente tratáveis. E quais são os extremos? Há o extremo daquelas áreas que são os últimos remanescentes e o das áreas realmente insubstituíveis, onde a ação humana tem que ser moderada e redirecionada. Temos dois exemplos disso: a área do Gurupi e a área do Monte Pascoal, sendo que em relação a esta eu disse que enquanto o pessoal estiver cortando madeira lá não dá para conversar. Por quê? Porque...

A SRA. ADRIANA RAMOS - Pois é, e tem gente que tem dúvida de que é terra indígena, porque está na carta de Pero Vaz de Caminha.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Não, não é uma questão, digamos... É pelos motivos, não é nem pelos méritos nem pelos direitos das



peessoas, mas retirar aquele último remanescente de floresta é realmente um desastre tanto ambiental quanto social.

Então, REBIOs como essas que foram criadas, e com um desenho que rapidamente se verificou que não era o apropriado, isso nós temos. Agora, o miolo quantitativo é que é a parte mais difícil, e nós estamos... Eu já vou me adiantar e dizer que nós estamos com o Diretor do Departamento de Áreas Protegidas, que é um especialista de altíssimo nível nessa questão, e o Diretor do Departamento das Áreas de Uso Sustentável — nessas áreas, nós temos pessoas de excelente nível; não é questão de falta do conhecimento, mas de tentar avançar — e amanhã teremos uma reunião com o grupo da Amazônia de uma área que vocês bem conhecem. A situação é esta: foi criado um vultoso sistema de unidades de conservação muito importante, mas em áreas onde o próprio Governo Federal, ao longo de décadas, incentivou e financiou o estabelecimento de populações humanas, e tem uma rodovia federal lá. Como é que nós fazemos isso? Há 1 ano e meio estamos olhando todos os desenhos possíveis e estamos finalmente chegando a uma convergência. É óbvio que isso tem que ser resolvido. Posso dar os exemplos de todas as áreas que nós estamos olhando, porque, como o senhor disse, sem isso nós não temos credibilidade para criar novas UCs. Mas eu acho que é essencial reforçar que a criação de novas UCs ajuda na resolução das situações já existentes.

Aquele exemplo que você citou, Adriana, não foi só a desafetação de áreas em termos de interesse hidrelétrico. Aquele processo levou à expansão daquelas UCs em outras direções, ou seja, houve um crescimento líquido daquelas UCs. E aí você falou corretamente, que obviamente alguns setores têm autopoder de alavancagem. Mas esse tipo de precedente tem que ser usado também. Como é que podemos criar UCs para diminuir a pressão e facilitar a resolução de outras áreas onde realmente tem que se dar uma solução construtiva para as questões sociais?

Eu queria também dizer, Deputado, porque daqui a pouco eu vou ter que sair, que estamos inteiramente à disposição de todos aqui. Reconhecemos a contribuição, o ex-Ministro do Meio Ambiente está aqui presente também. É um negócio que nós levamos com a maior importância, e se não está indo mais rápido é porque as soluções são complexas mesmo.



Aprecio muito o senhor ter me dado essa palavra agora também.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Presidente, antes de concluir esta Mesa, alguns pequenos esclarecimentos exatamente dentro daquilo que o Roberto Brandão, que é o nosso Secretário, falou.

Primeiro, eu também entendo, assim como a Adriana, que a legislação do SNUC, aplicada corretamente, supre essas deficiências. Não vejo a necessidade de se mexer nessa legislação. Aliás, quero dizer que quando esse estudo comentado pela Adriana foi feito, eu era o Ministro, fui eu que autorizei que esse estudo fosse feito, do qual o Roberto Cavalcanti, pela Conservation International, também participou. Também a regulamentação da Lei do SNUC foi durante a nossa gestão, e ela foi o resultado de uma discussão muito demorada, mas acho que contemplou as preocupações de então.

O que eu gostaria de rapidamente citar, porque eu acho que está muito pertinente ao assunto, é que não é de hoje que a nossa Comissão de Meio Ambiente destina recursos orçamentários para a regularização fundiária das Unidades de Conservação. Um dos grandes problemas é esse: desapropria-se e não se paga aqueles que têm direito de receber. Não estou falando de pagar grileiro. Isso, não! Grileiro tem que ir para a polícia! Mas aqueles proprietários que legitimamente exploram a sua terra e foram pegos de surpresa. Isso vale tanto para unidades de conservação, como para as áreas indígenas. Há pouco tempo, fui Relator de uma questão no Mato Grosso do Sul, e o próprio Ministério Público sugeriu isso que está no nosso relatório, que é justamente que nós revíssemos essa legislação no sentido de se indenizar quando forem terras indígenas, o que não é o caso nas unidades de conservação.

Também aqui foi dito, e acho que com muita propriedade, que é preciso vontade política, é preciso que essa seja uma questão central do Governo. Infelizmente, não é. Não estou dizendo que não seja Ministério do Meio Ambiente. Do Ministério do Meio Ambiente, ela é, com certeza; mas, do Governo, não é. Não sendo do Governo, evidentemente que a situação fica muito difícil.

Eu fiz um requerimento para saber por onde anda a destinação dos recursos que a Comissão de Meio Ambiente deu, pela Comissão de Orçamento. Não se sabe. Parece-me que menos de 10% foram aplicados. Quando esses recursos são



mandados para a Comissão de Orçamento, é preciso que os membros do Instituto Chico Mendes, do Ministério do Meio Ambiente, do Governo estejam lá, para fazer com que o Relator e o Relator adjunto não tirem muito dinheiro, consigam o dinheiro. A luta começa aí e acaba quando os recursos são internalizados. Infelizmente, isso não tem ocorrido.

Então, eu acho que os instrumentos existem. Falta realmente uma concertação do poder público, principalmente da União, apesar de que os Estados e Municípios também têm a sua parcela de responsabilidade, para se encaminhar a resolução disso. Não é confortável para mim nem para o Deputado Henrique Afonso que tenhamos unidades de conservação, nós, que somos do Partido Verde, e ao mesmo tempo sejamos confrontados com a questão social. Como vamos resolver isso? Eu tenho experiência aqui na Comissão de que, não é de hoje, várias unidades de conservação têm sofrido alterações. Graças a nossa atuação, essas alterações não implicam numa diminuição da área total, mas às vezes implicam na exclusão de determinadas áreas, sempre de interesse econômico: ou para a mineração ou para a hidrelétrica. E para o povo? Por que não se faz um estudo disso? Nós prometemos passar direto isso aqui na Comissão. Não demora 2 dias, se vier para cá, uma proposta para refazer as unidades de conservação, onde nós temos esse problema, desde que não seja diminuindo, desde que seja ampliando, desde que seja mantendo aqueles objetivos pelos quais elas foram criadas.

Então, Sr. Presidente, eram essas as observações. Vou ficar aqui para ouvir as outras palestras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Desfazendo a Mesa e agradecendo a todos, eu queria convidar, justamente para prestigiar a segunda Mesa, o Deputado Sarney Filho para vir aqui conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Bem, dando continuidade, a segunda etapa da nossa reunião de audiência pública conjunta, que tenta verificar a situação das populações que vivem em unidades de conservação de proteção integral.

Já está aqui na Mesa a Dra. Mary Allegretti, Presidente do Memorial Chico Mendes. Também convido para fazer parte da Mesa o Sr. Arno Jerke Júnior,



Coordenador Técnico do Instituto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, e o Sr. Jean-François Timmers, Superintendente de Políticas da WWF Brasil.

Então, pela ordem de inscrição aqui, eu concedo a palavra ao Sr. Arno Jerke Júnior, Coordenador Técnico do Instituto da Confederação Nacional da Agricultura.

O SR. ARNO JERKE JÚNIOR - Sr. Deputado, muito boa tarde. Agradeço pelo convite para a participação do Instituto CNA e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil na discussão deste tema, que é fundamental para o setor produtivo brasileiro também.

Eu iria dispor do visual do Power Point, mas, por conta dos questionamentos de V.Exa., eu acho que é importante a gente pontuar um pouco para dar algumas respostas aos seus questionamentos. Nós vamos fazer isso de forma bem célere, bem rápida.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Instituto CNA nasceu há aproximadamente 4 anos. Nós somos um membro do Sistema CNA. Ele foi criado justamente para fazer a discussão, Sr. Presidente, dessas questões pululantes, enfim, para o produtor rural, para a sociedade rural brasileira em si e também a discussão desses assuntos que tocariam no cotidiano, hoje, da sociedade brasileira, tratando de temas os mais diversos.

No Instituto CNA, nós temos vários observatórios. Destaca-se dentre eles o Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo, que discute problemas de invasão de propriedade, problemas ambientais também, dentre outros que trataremos numa outra oportunidade.

Nós fizemos um levantamento muito rápido acerca da discussão deste tema, que é fundamental para a discussão do exercício da atividade produtiva do produtor rural brasileiro. Quando nós criamos o Observatório, nós começamos a pensar nos problemas enfrentados pelos produtores rurais, elencamos um sem-número deles — problemas de preço, problemas de intempéries climáticas, falta de seguro, problema do aumento dos insumos, da queda dos preços das *commodities* — e identificamos um problema severo, gravíssimo, que inviabiliza a produção no Brasil também, que é a insegurança jurídica no campo.

Dentre os casos de insegurança jurídica, nós podemos relacionar o tema desta reunião de hoje, que é a criação e a não-regularização das unidades de



conservação. Em alguns momentos — isso acontece porque chega aos nossos ouvidos —, o produtor rural dorme produtor, proprietário da sua terra, enfim — isso quando eu falo é de todos os tamanhos, o grande, o médio e o pequeno —, e acorda no outro dia sem saber o que fazer com um problema que lhe foi criado por um decreto presidencial de criação de unidade de conservação.

No momento do início das propostas de estudo de criação de unidade de conservação, nós já identificamos um decréscimo no preço das propriedades, já existe uma inquietação acerca da possibilidade de venda dessas propriedades também. Então, muitos produtores, regiões inteiras, muitas vezes se vêm preocupados com a instabilidade que é causada por conta disso, não porque seja desimportante a criação de unidade de conservação. O produtor rural brasileiro hoje, eu posso dizer, é o mais preocupado no Brasil com a preservação do meio ambiente, porque é no meio ambiente em que ele trabalha, de onde ele tira o seu sustento, que ele precisa preservar para garantir a produção do alimento que chega as nossas mesas. Na realidade, é esta a preocupação que nós tivemos quando da criação de unidades de conservação e a despreocupação ou a impossibilidade de levar a cabo o processo de criação dessas unidades.

Nós fizemos um levantamento breve: nós temos hoje 1.780 unidades de conservação em todo o Brasil, incluindo as RPPNs, as reservas particulares. Esse conjunto de unidades de conservação de todas as esferas — federal, estadual e municipal — totalizaria alguma coisa hoje em torno de quase 124 milhões de hectares, alguma coisa próxima de 14% de todo o território nacional. Hoje nós temos 313 unidades de conservação federais em todo o Brasil.

Comprovando essa preocupação com a preservação ambiental e com a evolução tecnológica do agronegócio brasileiro, que reduzirá, e vem reduzindo, a área explorada e aumentando, majorando de forma fantástica a produção de alimentos, nós verificamos que, de 1985 para cá, até 2006, quando foi o último levantamento que nós fizemos, a área dos estabelecimentos agropecuários diminuiu 12%, mas a produção, a quantidade de matas e florestas dentro das propriedades rurais vem aumentando. Nós acreditamos inclusive que, com o impacto do novo Código Florestal, vai majorar, em termos de áreas protegidas, em alguma coisa na



casa de 30 milhões de hectares, mas sobre esse número a gente ainda vem conversando.

Se a gente fizer um levantamento entre produção e utilização de área, nós podemos identificar que perdemos 45 milhões de hectares de 1985 para cá, em termos de área de produção, e aumentamos em 144% a produção de grãos no Brasil, ou seja, estamos majorando a produção, estamos levando adiante a nossa obrigação de alimentar o mundo, porque o Brasil é hoje o 2º maior país produtor de alimentos no mundo e está acompanhando também essa preocupação com a preservação ambiental.

Os processos de criação de unidades de conservação nós já conhecemos. Existe uma previsão no SNUC, mas nós acreditamos que esse processo precisa ser melhorado no sentido de aumentar a efetividade da participação da comunidade afetada nos casos de criação de unidades de conservação.

Hoje nós temos casos que pululam no Brasil, em que as unidades de conservação muitas vezes são criadas e os produtores não ficam sabendo, porque as audiências públicas foram diminutas, enfim, não houve a participação efetiva. Nós precisamos melhorar, dentro de um procedimento legal, a participação efetiva do produtor rural brasileiro, do proprietário rural que vai ser afetado pela criação das unidades de conservação e acredita também na importância dessas unidades, desde que regularizadas a tempo.

Nós já temos uma legislação que prevê a necessidade da desapropriação dessas áreas no prazo de 5 anos. Isso não tem acontecido no Brasil, como em alguns exemplos que nós vamos apresentar, razão da nossa preocupação. Eu já citei o decreto de 1941, que trata deste caso.

Nós fizemos uma consulta, no ano de 2011, ao ICMBio, questionando o passivo de áreas de unidades de conservação a serem regularizadas e recebemos uma informação de 19 milhões de hectares. Fazendo uma conta bem simples, fazendo o cálculo com base na média do preço da terra do INCRA ou ao preço médio da terra no mercado, levantando também o orçamento total do ICMBio no ano de 2012, se replicássemos esse orçamento exclusivamente para regularização ambiental das unidades de conservação, nós teríamos alguma coisa na casa de 60 anos, calculados no valor médio da terra pelo INCRA, destacando todo o valor no



ICMBio para regularização ambiental das unidades de conservação. Pelo preço de mercado, nós teríamos 240 anos, se o ICMBio não funcionasse, Sr. Presidente, mas só indenizasse, destinasse esse recurso para a regularização das unidades de conservação. É isso que nos preocupa.

A criação das unidades de conservação, hoje, no Brasil, não está associada ao processo de regularização fundiária necessariamente. É isso que nós temos que discutir. Há necessidade de uma previsão de orçamento para a gente poder discutir e fazer a indenização daquele que vai perder a sua capacidade produtiva, o seu ganha-pão, enfim, a sua propriedade, o seu direito de propriedade, também previsto na Constituição.

Um levantamento que nós fizemos também junto ao ICMBio mostra a preocupação na efetivação das unidades de conservação. Segundo o último levantamento, em torno de 60 dias atrás, das 313 unidades, somente 44 estão demarcadas. Esta é uma informação oficial do ICMBio. Ou seja, sequer o processo de delimitação da unidade de conservação, seja ela de uso sustentável ou de proteção integral, tem sido desenvolvido pelo poder público.

Uma coisa importante, Sr. Presidente, é que o regulamento do SNUC, no art. 33, prevê que a prioridade no investimento do valor da compensação ambiental deve ser destinada à regularização fundiária e também à delimitação das unidades. Nós vamos ver que tem dinheiro sobrando, mas o dinheiro não tem chegado à finalidade, não tem sido empregado na finalidade a que se destina.

Nós temos um exemplo: o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba. Inclusive, eu vi no folhetim de hoje que foi aprovada, para essa alteração de limites, aquela unidade. Esta é uma das alternativas inteligentes, de repente, de a gente conseguir avançar na discussão, na solução deste problema. Na realidade, parece que foi desafetada uma parte de produção com majoração da unidade. É importante que se diga também que fizemos um levantamento, mas não temos certeza se o ICMBio conhece a situação fundiária daquela nova área. Por quê, Deputado? Porque o estudo fundiário, na hora da criação de uma unidade de conservação, é feito depois. Então, no momento do processo de criação, nós não sabemos efetivamente qual é a situação fundiária daquela área que pode vir a ser transformada em unidade de conservação. Este é um dos exemplos.



Para demonstrar a disponibilidade de recursos do Estado para realizar o mister da regularização fundiária, nós trouxemos aqui uma foto das contas de compensação ambiental que são administradas pelo ICMBio e hoje alocadas na Caixa Econômica Federal. No caso dessa unidade, que foi criada no ano de 2002 — não se sabe ainda as pessoas que estão afetadas, enfim, nós temos um sem-número de problemas —, nós temos destinados já, Deputado Sarney Filho, 2 milhões de reais para regularização fundiária, enquanto somente 308 reais foram gastos para essa finalidade. Um milhão, novecentos e noventa e nove mil estão na Caixa Econômica Federal aguardando a despesa, o investimento desse dinheiro no bolso do proprietário atingido pela unidade.

Esse exemplo se repete no Parque de Itatiaia, que, como foi comentado, é um dos parques mais antigos do Brasil. Até hoje, não obstante criado em 1937, 64% da sua área ainda estão em nome de particulares. Então, é isso que causa insegurança jurídica, insatisfação, desconfiança do particular que é desapropriado. Isso que causa nele a certeza de que não vai ser indenizado dentro do prazo de 5 anos previsto pelo Decreto nº 1.941.

Serra dos Órgãos é outro exemplo. Criado em 1939, tem dinheiro disponível que não chega ao produtor.

Parque Nacional de São Joaquim, criado em 1961, o mesmo problema: tem dinheiro, a gente não consegue chegar lá. Em conversa, por exemplo, com muitos chefes de unidades de conservação do ICMBio, eles vêm dizendo: *“Arno, tem dinheiro, eu não tenho é gente para operacionalizar os processos. Eu preciso de ajuda. Eu preciso operacionalizar, melhorar a quantidade de pessoas a trabalhar no desenvolvimento dessa regularização”*. Dinheiro há. Nós temos um resumo aqui que, ao final, nós vamos mostrar.

O Parque Nacional do Pau Brasil, criado em 1999, até hoje também não possui plano de manejo.

Nós fizemos uma discussão acerca disso num processo judicial em que o juiz da causa disse: *“Arno, esses parques da década de 30 não servem de exemplo”*. Então, nós vamos fazer um levantamento dos parques novos, criados de 2003 até 2008. Essa é a situação, que se repete. Foram criadas 61 unidades nesse período, de 2003 a 2008. Vinte e três milhões de hectares foram criados, foram



desapropriados, em tese, porque não houve ainda processo de desapropriação. Somente 3,4%, 799 mil hectares, estão hoje em nome da União, têm imunidade com um percentual de 100% em nome da União, ou seja, estão efetivamente regularizados. Isso é um problema de unidades que foram criadas sem a conclusão dos processos de planos de manejo, que, segundo o regulamento, têm um prazo de 5 anos para que sejam realizados.

Acompanhando também o Sr. Antoninho, nós fizemos um levantamento, no ano passado — agora nós temos um mais atual, que deve sair em alguns dias —, das propostas de criação de novas unidades de conservação só do ICMBio. Nós temos 313. Nós não temos o avançado processo de regularização fundiária. E nós temos, no forno, mais 254 propostas de criação, sem preocupação orçamentária, porque nós não conseguimos sequer indenizar o passado. Aquilo que já existe não está sendo concluído. O objetivo de preservação não está sendo alcançado, porque o nosso produtor que está lá dentro, o proprietário rural, precisa, e tem direito pelo SNUC, continuar lá exercitando a sua atividade produtiva até ser desapropriado.

Então, além disso, o produtor rural, depois que tem criada uma unidades de conservação em sua propriedade, perde, muitas vezes, acesso a financiamento bancário, perde a capacidade de produzir e permanece assim por anos a fio. Já estou encaminhando para a finalização.

Nós temos aqui um levantamento, por exemplo, das 254 propostas de criação das unidades de conservação. Se a gente for fazer a desapropriação de toda a área, de que nós não sabemos a situação, porque nem o CMBio sabe, nós gastaríamos, a preço de mercado, 6 bilhões de reais para criar nove unidades — preço da área, preço da terra nua, medida pelo INCRA, e preço pelo mercado também. Não há condições financeiras para criação disso de forma eficaz.

Nós tratamos rapidamente aqui do Decreto nº 4.340, cujo art. 33 prevê: “*O dinheiro da compensação ambiental precisa ir prioritariamente para a regularização fundiária e demarcação de terras*”.

Nós fizemos o levantamento nas contas do Fundo de Compensação Ambiental e chegamos a esta conclusão — ali o gráfico saiu ruim. Nós tivemos, de 2009 até hoje, 222 milhões de reais depositados no Fundo de Compensação Ambiental, que estão hoje na Caixa Econômica Federal. Desse valor, somente 54



milhões de reais foram gastos. Nós temos o levantamento, com um acompanhamento criterioso do ICMBio nesse sentido.

Desses valores todos, 0,3% foram gastos até agora em implementação de infraestrutura; planos de manejo, 0,5%; recolhimento de impostos, 2,5%; outras finalidades, 7%; regularização fundiária, 36%, não obstante seja a regularização fundiária a prioridade prevista no decreto; e 52% foi gasto, foi operado para implementação de unidade, segunda razão para gasto do investimento do ICMBio.

Se a gente for examinar na parte de baixo, para implementação de unidade, de 93 milhões de reais que estão depositados hoje, 30% foram gastos, ou seja, há dinheiro para a implementação; para regularização fundiária, de 89 milhões de reais que estão depositados hoje na Caixa Econômica Federal, 20% foram utilizados. Ou seja, nós temos dinheiro, nós temos recursos para começar a fazer um trabalho de regularização, mas depende também da efetividade desse trabalho junto aos órgãos competentes, no caso o ICMBio, enfim, o Ministério do Meio Ambiente.

Nós verificamos um sem-número de problemas nos processos de criação de unidades de conservação. Por exemplo, Deputado, lá na Chapada das Mesas, no seu Estado, uma região fantástica, maravilhosa, identificamos um problema. O Parque Nacional da Chapada das Mesas foi criado em 2005. Existe lá um problema característico da titulação dominial. Todas as pessoas que estão no Parque têm título, mas o título não tem a área, não tem a delimitação, a demarcação da área. Essas pessoas, muitas vezes carentes, não têm condição de contratar um advogado para fazer a solução disso, e, sem isso, nós não vamos andar para a frente na regularização fundiária daquela propriedade. Não há expectativa nenhuma para a regularização disso, até porque não há Defensoria Pública naquela região.

Até nós andamos conversando, discutindo essas propostas de melhorar o processo de criação e regularização fundiária. Nós precisamos de Defensoria Pública em todos os Municípios, de justiça gratuita para aquele que é desapropriado e já está perdendo patrimônio. Precisamos de estudos preliminares mais bem feitos, de participação efetiva do produtor e a possibilidade também, Deputado, de discutir aqui no Congresso a alteração dos limites naqueles casos mais problemáticos, casos que, como o exemplo da nascente do Rio Parnaíba, podem começar a ser



discutidos, resolvidos talvez com a revisão desses limites, que é uma das possibilidades de início da solução desse problema.

Enfim, o Instituto CNA fica feliz de poder participar desta discussão. Nós queremos efetivamente participar, se possível, da construção de um modelo melhor para a solução do problema anterior, porque nós acreditamos que não há possibilidade de criar novas unidades de conservação com o passivo bilionário que sequer hoje o Governo não tem conhecimento do seu tamanho para a regularização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Bem, eu devo esclarecer que houve momentos em que a criação de unidades de conservação se fazia extremamente necessária. Eram momentos em que o desmatamento estava com descontrole absoluto, na Amazônia os índices estavam assustadores. Portanto, era necessário que a gente criasse barreiras dentro de estudos, dos quais alguns aqui participaram: a Adriana mesmo, a Mary Allegretti. Era necessário isso. Eu mesmo, como Ministro, cheguei a questionar, algumas vezes, como criar novas unidades de conservação se as antigas ainda não estão consolidadas.

Bem, fui convencido realmente de que aquele era o momento de embate e não e de a gente tratar desta questão. O principal era estancar, diminuir o ritmo do desmatamento e o modelo econômico que estava sendo implantado, principalmente na Amazônia. Eu acho que esse momento passou. Graças a Deus — e aí eu discordo do colega Arno —, a legislação foi consolidada, infelizmente, conforme eu já havia dito antes. A mudança no Código Florestal, ao contrário de estar nos dando certeza de que nós vamos ter plantios em Áreas de Preservação Permanente, de que vamos ter reconstrução de Reserva Legal, nós estamos vendo o desmatamento na Amazônia aumentando enormemente, nós estamos vendo um desmatamento no Cerrado descontrolado; e nós vimos, depois de 4 anos, o desmatamento na Mata Atlântica voltar a crescer. Então, é preocupante.

Talvez tudo isso faça com que esta discussão, que é séria e necessária, possa ficar até um pouco para escanteio, porque já se começa a temer um descontrole do desmatamento. De qualquer forma, eu acho que há passos a serem dados. Por exemplo — vou dizer aqui, porque aí vocês podem discutir, inclusive o



peçoal ligado ao Governo: foram feitos agora, inclusive posso dizer com toda a humildade que foi uma sugestão minha, há algum tempo, os Parques da Copa, talvez 10 ou 12, não sei exatamente. Poderia o Governo começar por eles, dizendo: “*Olha, vamos fazer o plano de manejo desse parque e regularizar a situação fundiária*”. Já seria um começo. Haveria um foco e se poderia cobrar: “*Vamos pegar esses parques da Copa e começar*”. Portanto, é uma sugestão que deixo aqui.

Vamos dar sequência às exposições e ouvir agora o Jean-François Timmers, que é o Superintendente de Políticas Públicas da WWF Brasil e, por último, a Mary Allegretti, que é Presidente do Memorial Chico Mendes e tem uma vasta experiência na área de desenvolvimento sustentável.

O SR. JEAN-FRANÇOIS TIMMERS - Boa tarde.

Vou tentar encurtar a minha apresentação para a gente ter mais espaço de discussão.

(Segue-se exibição de imagens.)

A lei que rege o SNUC, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, regulamenta o art. 225 da Constituição Federal, que garante o direito a um meio ambiente conservado e estabelece uma corresponsabilidade entre Governo e sociedade para sua manutenção.

Dentro do Sistema, nós temos uma caixa de ferramentas com doze categorias. Dessas aí, as que estão aqui em negrito, todas preveem a presença humana dentro dos seus limites e mais duas preveem o uso econômico também. Das doze, só quatro categorias estão exclusivamente dedicadas à conservação, três delas públicas e uma de direito privado. Então, a gente tem um desafio enorme no Brasil pela riqueza e biodiversidade que a gente tem e pelas mudanças de uso do solo que o País conhece.

Qual é o objetivo do SNUC, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação? É ter uma amostra representativa da diversidade biológica do Brasil para nossos netos, nossos bisnetos. Enfim, é o acervo do povo brasileiro para sempre. Será que hoje essa diversidade biológica do Brasil ainda está bem representada? Será que toda a diversidade de fauna e flora que existe no Brasil é protegida?



Hoje, no mundo, a gente observa que quase a metade das espécies vivas está sofrendo algum grau de ameaça formal: algumas estão em extinção parcial ou quase ameaçadas; outras ameaçadas gravemente; e até 2% estão extintas. Nós estamos vivendo, neste momento, a maior onda de extinção de espécies desde a era geológica. Inclusive, há pessoas que dizem que o ser humano está fazendo no mundo mudanças de amplitude geológica, ou seja, estão falando de Antropoceno para descrever o que está acontecendo, quando a acidez dos oceanos, a atmosfera e toda a biosfera está sendo afetada e modificada profundamente pela ação humana.

Essa mudança está, de modo particular, relativamente estável em determinadas regiões, como ocorre no mundo temperado, mas no mundo tropical está despencando a integridade dos ecossistemas.

E aí a gente vê que os desafios são muito diversos. A gente percebe que garantir uma amostra da biodiversidade do Ártico é relativamente mais fácil do que representar toda essa riqueza biológica que tem o Brasil. E nós temos algumas regiões — no Brasil, na África Central e no Sudeste Asiático — onde ocorrem hoje as maiores fronteiras agrícolas.

Então, a gente tem que conciliar os interesses. Esse é o nosso grande desafio. E concordo em grande parte com o teor da palestra do meu antecessor. Temos que reconhecer os valores das unidades de conservação para diversidade, cenários de cultura, serviços ambientais e geração de renda — e serviços ambientais comprovados inclusive pela agricultura, com o fornecimento de água, mas também na luta contra pragas. Existe uma série de benefícios, e não há de se descartar nem um instrumento nem outro.

Também quando à renda, se bem implementada a unidade de conservação, esta representa um empreendimento econômico que gera emprego e renda. Já houve alguns estudos — estes são dados que não vou repetir aqui — que mostram que os valores econômicos envolvidos no sistema de unidades de conservação não são desprezíveis, estão longe de ser. E o valor potencial, se for bem implementada a unidade, é muito maior do que o valor real atual.

Inclusive os valores necessários para a regularização fundiária podem ser, em parte, não só absorvidos pela questão da compensação ambiental – e realmente há



uma solução rápida a ser achar para isso —, mas também por valores de uma visitação a ser feita com a mesma intensidade que aquelas que estão sendo feitas em parques e reservas em outros países.

Aqui estão alguns exemplos que vou passar mais rápido, para que não entremos em detalhes.

Basicamente, a situação é muito diferenciada, segundo os biomas. De novo, falo da representatividade que temos no Brasil.

Na Amazônia, mais da metade é remanescente, menos de um quarto foi convertido e, mais ou menos, um quarto é protegido em unidade de conservação.

No Pampa, a situação é a seguinte: mais da metade está convertido, e há uma faixa protegida extremamente pequena. São duas situações muito contrastadas.

Caatinga e Cerrado estão em situações comparáveis, ou seja, mais ou menos a metade foi convertida e muito menos de um quarto preservado ou protegido formalmente em unidades de conservação.

O Pantanal, em razão da situação hídrica, tem ainda grande parte de remanescente, mas tem também uma faixa convertida.

Na Mata Atlântica, a situação é quase invertida, mas os dois biomas têm formalmente protegida uma faixa proporcional similar.

No sistema marinho, ainda é bem menor a representatividade, com menos de 2% de unidades de conservação, sendo a maioria de uso sustentável.

Na medida em que mais terra está sendo convertida, os espaços remanescentes para populações tradicionais e para ecossistemas se restringem. E a tendência, nesses casos, é haver mais conflitos sobre esses espaços remanescentes.

Estamos observando que, na medida em que a conversão de ecossistemas está se acelerando, há um processo de exclusão tanto dos ecossistemas como também de populações. E aí a gente vê acontecendo conflitos cada vez mais exacerbados nos espaços remanescentes.

O que se está precisando é de um bom planejamento territorial, que contemple todos os interesses envolvidos. Na medida em que a fronteira agrícola avança em nosso Cerrado, é o momento, sim, de se pensar onde é necessário — ou



judicioso, ou importante — criar unidades de conservação e, ao mesmo tempo, planejar essa fronteira e esse avanço agrícola. E há possibilidade de conciliarmos esses interesses.

Aqui apresento um pequeno exemplo de como conseguirmos e como podemos começar a tentar fazer essa conciliação, que é indispensável. Nesse sentido, nós da WWF estamos a favor, sim, da rediscussão de determinados limites inadequados, desde que a representatividade amostral do sistema se mantenha ou aumente. Ou seja, que possamos garantir para as futuras gerações essa amostra de informação genética e de informação biológica e os serviços ambientais associados.

Então, temos uma excelente ferramenta, que foi muito discutida nesta Casa, para as unidades de conservação. Essa ferramenta precisa ser efetivada e implementada. Os entraves para isso, às vezes, são ideológicos, normativos ou administrativos, que podem facilmente ser superados.

Lembro-me de ter participado, na minha vida profissional, de muitos conflitos relacionados às unidades de conservação. Eu estive em campo durante muitos anos, mais de 12 anos. Vemos que há entraves que, às vezes, podem ser muito facilmente superados, mas não conseguem ser compreendidos ou efetivados, por uma série de questões mais subjetivas do que objetivas.

Um exemplo, nesse sentido, vemos em Minas Gerais, onde foi feito um esforço enorme — forte e concentrado — de reavaliação desses entraves normativos pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário. E a gente viu que Minas conseguiu, embora não em 100%, avançar muito na regularização fundiária de suas unidades de conservação estaduais.

Para terminar, quero dizer que acabou de ser eleito um Parque Nacional no Chile como a oitava maravilha do mundo.

No Brasil, temos Iguazu e as chapadas, áreas que teriam condições de ser eleitas como nona maravilha do mundo. Refiro-me aos parques nacionais. São áreas capazes de levantar todo o orgulho nacional. É isso o que está em jogo. E é claro que as consequências econômicas disso são enormes, gigantescas, mas não valorizadas. Temos um tesouro nas mãos para ser valorizado.

Para isso acontecer, um dos maiores desafios é fazer com que áreas diversas do Governo consigam trabalhar juntas. E o nível municipal, estadual e federal juntos



não se restringe apenas à suas respectivas áreas de meio ambiente, mas inclui as áreas de desenvolvimento econômico e infraestrutura. Ou seja, temos que pensar em melhor planejar, de forma integrada, essas diversas áreas de governo, para termos uma chance de ver esses resultados alcançados.

Vou terminar citando Iguaçu, um exemplo de sucesso. Mesmo com uma visita de milhares e milhares de pessoas todo ano, mesmo sendo um ícone do Brasil para o mundo, o parque ainda está sendo ameaçado por uma estrada que o corta pelo meio. Gente, será que não podemos começar a ponderar o que é mais ou menos importante nesse sentido? O que vamos querer deixar aos nossos filhos?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Vamos passar a palavra, imediatamente, à Dra. Mary Allegretti, que já foi Secretária da Coordenação da Amazônia no Ministério do Meio Ambiente, foi Secretária do Meio Ambiente do Amapá, foi professora visitante em várias universidades americanas. Enfim, tem vasta experiência. Portanto, vamos ouvir com muita atenção o que S.Sa. tem a dizer.

A SRA. MARY ALLEGRETTI - Obrigada, meu caríssimo Ministro do Meio Ambiente, Deputado Sarney Filho. Quero agradecer à Comissão e, em especial, ao Deputado Penna, um grande amigo do meu partido.

Agradeço a oportunidade de voltar a essa conversa das unidades de conservação. Como falou a Sra. Adriana, há um pouco de *déjà vu*, se pensarmos em SNUC. Mas esta é uma oportunidade.

Por falar por último, vou fazer umas mudanças naquilo que pensei inicialmente, mas vou fazer a apresentação de eslaides, pois quero comentar algumas imagens.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiro, eu gostaria de levantar uma questão em relação ao tema desta reunião: será que não estamos tratando um pouco do inverso da questão: populações em unidades de conservação de proteção integral ou unidades de conservação de proteção integral em áreas tradicionalmente ocupadas por populações?



Acho que é mais a segunda do que a primeira, por uma questão histórica: temos uma herança de criação de unidades de conservação de proteção integral em áreas tradicionalmente ocupadas. E temos herança, inclusive, de expulsão das populações para a criação de unidades de conservação.

A Sra. Adriana falou sobre o jurássico SNUC, mas vou levar os senhores ao pré-jurássico, ao "pré-SNUC", ou seja, ao que aconteceu antes do SNUC, pois é muito importante que tenhamos sempre em mente como esse sistema foi elaborado e que herança recebeu.

Temos sempre que fazer uma constatação prévia não só quando se trata da Amazônia, mas quando se trata do Brasil. Temos indígenas, caboclos, caiçaras, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, que permitiram que o Brasil chegasse ao século XX como potência ambiental. E digo isso porque as unidades de conservação são criadas geralmente em áreas já protegidas anteriormente por gente que morava lá. Então, é uma herança. A herança que temos é social e ambiental de verdade. E isso é um pressuposto que sempre precisa ser levado em consideração, principalmente pelo poder público.

O que ocorreu no Sul do Brasil, e não ocorreu na Amazônia? A expansão capitalista no Sul retirou de lá essas populações. Na Amazônia, ocorreu o que eu chamo de revolução, porque as populações lá permaneceram. No Sul do Brasil, temos pequenas ilhas onde aquelas populações tradicionais caboclas ainda permaneceram, inclusive as indígenas. Na Amazônia, por uma série de circunstâncias — não cabe analisá-las aqui —, aconteceu um processo diferente: nós tivemos a oportunidade de mudar esse processo histórico que não é nosso, é europeu. É a história do capitalismo, ou seja, a retirada das populações e a transformação da terra em propriedade privada. O que aconteceu na Amazônia não foi isso. Ocorreu uma mudança que chamamos de "reforma agrária ambiental".

Então, a existência de populações locais com interesse na conservação é um patrimônio histórico, social e cultural do qual nos deveríamos orgulhar. Não existe, como a Sra. Adriana já falou aqui, esse tipo de experiência em outros lugares do mundo. E o valor que é dado ao fato de termos populações interessadas na conservação fora do Brasil é muito alto. É uma pena que a gente ainda não conseguiu mostrar esse mesmo ponto aqui no Brasil. Ou seja, ao mesmo tempo em



que temos riquezas naturais e riquezas de biodiversidades únicas e insubstituíveis, também temos uma riqueza cultural e social também insubstituível, porque ela é única no Brasil. E não podemos falar só na Amazônia, temos que falar das unidades que existem hoje no litoral, que têm o mesmo significado.

Por que estou falando do "pré-SNUC"? Por essa pequena regressão histórica que fiz aqui, mostrei que as origens da discussão sobre a sustentabilidade aconteceram antes da Rio 92, antes do SNUC. E só vamos conseguir entender os dilemas de hoje se conseguirmos levar em consideração as origens. Temos que reconhecer e lembrar que, em 1976, em Xapuri, essas populações de seringueiros foram contra o desmatamento. Isso não acontecia em outro lugar no Brasil, a não ser em Cubatão, na luta contra a poluição das grandes indústrias. Portanto, Cubatão e Xapuri são os dois ícones que temos do movimento ambiental brasileiro. E foi em 1976, gente! É década de 70, e por isso é "pré-jurássico"! Estamos falando de um movimento que surgiu para impedir o desmatamento da floresta, que era meio de vida e de sustentação para as pessoas que viviam da seringueira, da castanheira, da pesca, enfim, dos produtos da nossa biodiversidade.

Em 1985, com o apoio do Congresso, tivemos o I Encontro Nacional dos Seringueiros, quando surgiu a ideia de criação de uma unidade de conservação de uso sustentável. Estamos falando de 1985. E nós estivemos também quando surgiu o Conselho Nacional dos Seringueiros, que hoje é o Conselho Nacional das Populações Extrativistas. Isso foi, de fato, uma grande novidade.

E por que surgiu a reserva extrativista como uma unidade diferente das outras? Porque nós fomos procurar em todo o sistema existente, e ele não previa ou permitia que populações fossem reconhecidas como legítimas moradoras daquelas áreas; ao contrário, até então as populações eram expulsas das unidades de conservação. Isso acontecia regularmente como política pública.

E quando fomos ao ex-IBDF dizer que queríamos um novo conceito de "unidade", recebemos a informação de que tínhamos a FLONA, que desde sempre permite a presença de populações, mas não regulariza ou reconhece direitos.

E foi a insistência dessa população em querer permanecer na floresta e não querer ver a floresta dividida, não querer projeto de colonização — acompanhada de



antropólogos que, de fato, associaram-se a esta briga —, que determinou, em 1985, a criação o conceito de "reserva extrativista".

Em seguida, houve uma enorme repercussão, inclusive internacional, do assassinato de Chico Mendes. E foi essa repercussão e esse impacto que, em 1990, permitiu que fossem criadas as primeiras unidades de conservação de uso sustentável, antes do SNUC, que foram as reservas extrativistas. No total, foram 1 milhão e 800 mil hectares no Acre, no Amapá e em Rondônia.

Estamos falando, então, de uma tradição social de construção de políticas de que o Brasil também tem que se orgulhar. Não são construções burocráticas de gabinete, mas decorrentes da vida social das pessoas.

E quando o SNUC foi criado, o que se fez? Reconheceu-se essa história. Mas ela já existia. Tal como este, hoje há inúmeros processos semelhantes acontecendo. Pequenos agricultores que querem outra forma de regularização é um processo histórico que continua acontecendo.

O que essa imagem representa? Representa um modo de vida. Pode-se dizer que é um retrato de pobreza. Mas não é a pobreza urbana, não é a periferia, mas é um modo de vida dentro de uma riqueza de recursos naturais.

Foram esses movimentos de destruição da floresta que aconteceram no Acre que levaram aos "empates".

Essa é uma foto histórica, de 1988, no seringal onde nasceu Chico Mendes e onde houve um "empate" muito grande contra um desmatamento, o que acabou resultando no assassinato dele. E o que eram esses "empates"? Eram reuniões de pessoas no meio da floresta. As pessoas iam com seus meios de locomoção, inclusive demoravam dias para chegar até lá. Levavam sua comida. Lá eles deliberavam — Chico Mendes estava ali no meio — que não iriam permitir que o desmatamento acontecesse. Isso tem um valor, uma tradição, uma história da qual jamais nos podemos esquecer.

E foi aqui no Congresso que, em 1985, eles entregaram ao então Presidente Ulysses Guimarães a suas propostas, entre elas a de criação das reservas extrativistas, com uma mensagem: *"Nós queremos ser reconhecidos como verdadeiros defensores da floresta."* Que mensagem importante e significativa!



Essa última imagem é só para lembrar que o assassinato de Chico Mendes teve a ver com a construção e o asfaltamento da BR-156, que liga o Sul do Brasil ao Acre. Ali foi o começo de uma grande política de investimento em infraestrutura na Amazônia, que sofreu uma resistência. E as reservas extrativistas do Acre foram criadas para evitar o desmatamento trazido por essa estrada. E, de fato, elas evitaram.

Quando houve o assassinato, gerou-se uma condição política e social para que as primeiras reservas fossem criadas, com o então Presidente Sarney, em 1990, Deputado Fábio Feldman, quando foram criadas as primeiras unidades de conservação de uso sustentável. Ou seja, foi o momento em que uma conjuntura permitiu que esse conceito fosse introduzido na legislação brasileira.

Que patrimônio é esse hoje? Hoje nós temos reservas extrativistas; reservas de desenvolvimento sustentável federais e estaduais — são 89 unidades; uma área de 24 milhões de hectares; 5 % da Amazônia Legal; 19% das ACs da Amazônia e 8% das florestas da região, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas e estocando 3 bilhões de toneladas de carbono. Esse é um patrimônio que foi socialmente construído, um patrimônio que não fez nada mais do que reconhecer direitos existentes e que inseriu uma variável: é um patrimônio partilhado ainda hoje. Por exemplo, hoje temos a Natura tirando óleo da castanha dentro das reservas e temos a indústria de preservativo, feito com borracha da Reserva Chico Mendes.

Qual é a síntese? As reservas mudaram o paradigma de desenvolvimento, porque inseriram a questão social na discussão ambiental, o que até então não existia. Pensava-se a questão ambiental como se as pessoas não fossem relevantes.

Mas foi um momento da história do País. Como o Deputado Sarney Filho falou, são momentos quando esses processos acontecem. Aquele foi o momento em que a questão social precisava ser inserida até com certa radicalidade, senão ela não seria reconhecida.

Qual foi o segundo resultado? Uma força institucional para essa tradição das populações amazônicas de cuidar dos meios de vida. Quer dizer, foi institucionalizada uma tradição que poderia se perder, o papel de proteção do patrimônio ambiental como interesse das pessoas.



Por isso, acho importante, quando discutimos a questão dos pequenos e dos grandes agricultores, notarmos que essa oposição já não é mais tão gritante. As pessoas que vivem da agricultura sempre souberam e sabem o valor do patrimônio natural que elas têm. Não precisa existir essa oposição, mas foi necessária, senão continuaria a política de expulsar as populações das unidades de proteção integral.

As alternativas já foram apresentadas aqui. Eu quero dizer quais são as principais alternativas de regularização de unidades de conservação com populações tradicionais. O que eu quero dizer? Quero dizer que não existe, que para mim é ilusão, que é uma perspectiva equivocada imaginarmos que esses conflitos não são solucionáveis. Esses conflitos são falsos. Na verdade, existem alternativas na própria SNUC. Existem alternativas que permitem a conciliação. Existem exemplos de conciliação. Que risco existe para que esses problemas não sejam equacionados? Falta a institucionalidade para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, que pode beneficiar os pequenos agricultores, que vai beneficiar populações tradicionais.

Falta, todo mundo fala, mas ninguém sabe em que porta bater, para fazer com que esses projetos aconteçam. Vai-se ao ICMBio? Este órgão mais fiscaliza e pune do que estimula! Se o pequeno agricultor for ao ICMBio, será punido. Onde está a porta do desenvolvimento sustentável, para que se possam conciliar esses interesses? Faltam investimentos sociais e econômicos que permitam que essa conciliação aconteça. Falta regularização, como já se falou aqui. Falta uma visão estratégica a respeito da importância de todas as modalidades de proteção, face aos riscos de desmatamento que temos.

Quero concluir dizendo o seguinte: nós temos uma fronteira aberta. Se a fronteira na Amazônia é uma fronteira aberta, ela não tem regularização fundiária nem para o indígena, nem para o extrativista, nem para o pequeno, nem para o grande. Todos vão disputar os mesmos espaços. Enquanto essa fronteira não for regularizada do ponto de vista de quem tem acesso a quê, de quais direitos precisam ser respeitados e de como esse planejamento tem que ser feito, essa disputa vai continuar. É uma disputa cuja resolução interessa a todos: ao grande, ao pequeno, aos indígenas e aos extrativistas. E eles são os protagonistas dessa mudança. Ao contrário, os interesses comuns vão continuar disputando.



Agora, não cabe mais aquela postura de criação de unidade de conservação no gabinete. Isso não cabe mais. Eu acho que essa fase passou. Contudo, em alguns momentos, essa fase continua existindo na burocracia do órgão ambiental, que se acha no poder de “canetar” e não perceber que consequências isso tem, seja para quem for. Eu acho que essa política, de fato, tem que terminar.

Para concluir, eu queria levantar um aspecto. Quando se fala das unidades de conservação de proteção integral, como o Secretário falou aqui, o que se busca? Busca-se a representatividade dos diferentes sistemas, a representatividade da biodiversidade e a representatividade dos biomas. E quando se alcança essa representatividade, de certa forma diminui o interesse pela criação de novas unidades.

No caso das unidades de conservação de uso sustentável, não é esse o critério, o que é uma das razões de conflito. Não basta dizer: “*Já criamos setenta.*” Não basta dizer isso. Por quê? Porque, onde houver comunidade com direito à terra e aos recursos, uma nova reserva poderá e deverá ser criada. O critério, portanto, não é o mesmo. E isso dificulta muito a definição das políticas. O órgão ambiental olha e diz: “*Já se criou demais, não pode.*” Ou olha e diz: “*Já temos um bioma desse tipo.*” Não é esse o critério para as populações. Para as populações são direitos históricos fundiários, que devem ser respeitados onde elas estiverem, quando esse direito for requisitado.

Essa é uma diferença que tem que ser entendida, razão pela qual eu resolvi fazer essa exposição, porque essa é a dificuldade que as pessoas têm para formular as políticas.

E temos que lembrar ao setor público que as reservas são anteriores ao SNUC. Elas não surgiram com o SNUC, e elas vão continuar. Portanto, é uma realidade que precisa ser entendida e respeitada.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Antes que a palavra seja dada ao Deputado Henrique Afonso, proponente desta audiência pública, peço ao Presidente da Comissão, Deputado Penna, que reassuma seu lugar e presida a nossa reunião.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Vamos ouvir agora o nosso Deputado Henrique Afonso, do Acre.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO - Sr. Presidente, quero que V.Exa. me permita fazer uma leitura rápida, que não vai levar 3 minutos. Trata-se de um posicionamento do meu mandato sobre esta questão que está em pauta. Depois, eu gostaria que V.Exa. me liberasse. Eu fiz duas tomografias na cabeça e estou sentindo certa dormência e forte dor de cabeça. Só fiquei até o final porque não queria perder as exposições.

A Dra. Mary Allegretti ficou por último e eu queria ouvi-la neste debate, um debate que há 6 anos eu já tentava trazer para esta Casa, no âmbito da Comissão da Amazônia, mas nós tivemos muitas dificuldades. Como disseram praticamente todos os expositores, é uma situação muito complexa. Particularmente, devo dizer que é a primeira vez que presencio um debate desta magnitude, com esse nível de compreensão, envolvendo vários olhares em torno dessa problemática.

Sou da Amazônia. O olhar que tenho é para esse bioma, embora eu considere os aspectos que foram apresentados aqui pelo Sr. Arno Jerke Júnior, questões que acrescentaram. Por isso considero tão complexo o tema. Mas meu olhar é por essa questão das populações tradicionais mesmo. A meu ver, há violação a seus direitos fundamentais, como se forçassem tirar desse ecossistema o homem, o ribeirinho, o pescador, como se realmente não fizessem parte dele.

E a gente vem acompanhando isso. Inclusive, depois quero deixar um livro que organizei sobre a natureza do Alto Juruá. A obra mostra também que, paralelamente à luta que se dava nesse empate liderado por Chico Mendes, também era feito na região do Vale do Juruá, em que existe um parque, chamado Parque Nacional da Serra do Divisor. Até fiquei um pouco surpreso, pois é um lugar de maior concentração de biodiversidade do Planeta Terra. Achei até interessante não ter sido ainda tocado ainda. Há um potencial extraordinário para o fomento e o desenvolvimento do ecoturismo. Existem mais de mil famílias que residem lá. São ribeirinhos e pescadores. Inclusive aqui o Deputado Taumaturgo Lima é originário de lá. Eu cheguei a visitar o Parque várias vezes, quando a Ministra Marina era Ministra e busquei, por duas vezes, uma negociação. Este ano, nós conseguimos fazer, junto com a Comissão de Meio Ambiente — sou da Comissão de Direitos Humanos —,



um debate para ver em que patamar estão as negociações, como está sendo refletida essa problemática e que nível de prioridade isso tem em âmbito de governo.

Hoje me parece que existem entre 44 e 45 parques nacionais, além das reservas biológicas, que passam por essa problemática. Eu não tenho dificuldade, sou um sócio ambientalista, não tenho tanto aprofundamento, mas nós, que somos amazônidas, precisamos saber dos problemas, principalmente numa região que tem 90% de cobertura florestal e onde há um potencial de biodiversidade e de sociodiversidade que existe na nossa região. Precisamos nos preocupar. Pude constatar que essa preocupação não é apenas localizada; não se trata apenas de um problema do Parque Nacional da Serra do Divisor, mas é um problema de âmbito nacional.

A expectativa que se cria em torno dessa questão é de que haja realmente o reconhecimento da importância que essas populações tradicionais têm na conservação de todo o meio ambiente. Eu ando muito nos rios. Faz 3 anos que não vou à floresta, mas tenho visitado essas populações tradicionais e sei o nível de intimidade que elas têm com as árvores, com as raízes e a preocupação que têm com as matas ciliares e com os animais silvestres.

Hoje todo o manejo de pesca e a política de proteção aos animais silvestres vieram do interior a floresta, de um clamor que se deveu a uma política predatória dos nossos recursos naturais. Todos sabemos da trajetória de resistência que temos na luta contra a biopirataria na Amazônia. Isso tudo foi focado exatamente no conhecimento que essas populações tradicionais têm. Cheguei a verificar um nível de intimidade muito grande. Quando eu ia ao meio da floresta — um mateiro, um guia, ia nos guiando. E a porcentagem de certeza de encontrar cobras era de 100%. Quando vimos aquilo, ficamos espantados, mas pudemos ver o nível de intimidade que ele tinha ao chegar perto da cobra, que saiu. Eu o vi abraçando uma árvore. Isso parece simplista, romântico, mas não é. Isso mostra o nível de consciência ecológica que as nossas populações tradicionais têm.

Tenho verificado que todo o ecossistema se mantém intacto exatamente pelo poder de resistência. Há uma abordagem histórica da luta de resistência, que veio não só de Chico Mendes, mas da Marina, de tantos outros, do Raimundão, que tanto luta. Isso para nós é importante porque nos traz a confirmação de que é necessário



que o Ministério do Meio Ambiente — aqui chamo a atenção deste Ministério — seja o protagonista para puxar uma gestão interministerial, intrépida, consistente, que possa dar resposta.

É verdade que hoje há pessoas vítimas do êxodo rural, porque perderam suas terras, foram expropriadas e hoje estão passando muitas dificuldades nos centros urbanos. Até hoje o Estado brasileiro tem sido omissos em relação a isso. São ex-extrativistas, ex-proprietários de pequenos pedaços de terra. Sabemos que existem ainda remanescentes. Sabemos também que depois que foram criadas as unidades de conservação entraram outras famílias. São pessoas que hoje interagem com a floresta, com os rios. Nós não podemos, absolutamente, virar as costas para isso.

O que a Sra. Adriana falou a respeito do termo de compromisso é verdade. Não se leva a sério. O Estado brasileiro tem sido omissos. Ele precisa dar um passo largo na definição porque nós, como representantes políticos, somos cobrados. Hoje há sistematicamente uma desesperança e uma indiferença muito grande.

Será mesmo que o contexto não exija que outras unidades de conservação sejam criadas? Como foi dito aqui, como hoje confirmar, defender uma outra unidade de conservação com um legado de omissão e de desmoralização que o Estado brasileiro tem tido?

Sei que esse é um debate de mais alta responsabilidade. As pessoas pensam que um seringueiro e um extrativista não sabem que muitas hidrográficas estão sendo ameaçadas pelo estrago que se está fazendo. Pensam que eles não se preocupam com o desmatamento. É claro que se preocupam. Isso é a vida deles. Isso não é ser romântico. Absolutamente!

Eu acho que essa iniciativa que faz parte da filosofia que eu vi aqui sendo compartilhada, com aqueles que são expropriados, é necessária. Propõe-se um reassentamento. Eu, particularmente, para finalizar, tive oportunidade de ver onde o INCRA iria reassentar, naquela época, as famílias. Eram oitocentas e poucas famílias, hoje são mais de mil famílias, pois nasceram pessoas. Tive oportunidade de ir lá; a viagem durou 1 hora, na beira do rio. Aquele lugar onde as famílias iriam ser colocadas era um campo de concentração, sem nenhum critério, sem nenhum senso de humanidade. Para se tirar uma pessoa do seu meio ambiente, com o qual ele interage, desenvolve sua religiosidade, suas crenças, suas relações sociais,



suas relações econômicas, é preciso levá-la para um lugar no qual ela possa refletir e respeitar uma realidade cultural que dê condição do aproveitamento não madeireiro, porque isso é o uso sustentável, mas temos avançado muito pouco nesse sentido. Temos visto a falta de investimento em ciência e tecnologia.

O Dr. Mário Almeida, que a Dra. Maria Alegrete deve conhecer, foi uma pessoa protagonista para criarmos um conceito de universidade, na minha cidade, na qual podemos investir em ciência e tecnologia, mas não só do conhecimento, que é produzido convencionalmente, mas do conhecimento produzido pelo índio, pelo seringueiro, para construirmos uma nova realidade.

Acredito que essa audiência pública, como dizia para o Deputado Taumaturgo Lima, traz um ponto de partida. Vou me aprofundar muito mais nessa bandeira e até o último dia em que estiver aqui quero colocá-la como a “menina dos meus olhos.” Quero explicar isso ao Presidente do meu partido e ao Presidente da Comissão do Meio Ambiente.

Nós não devemos ficar aqui apenas na exposição desse debate. É preciso que esse resultado de informações chegue aos que estão inseridos nesse debate e nessa luta. Há algumas iniciativas que são mais do campo político. O Ministério do Meio Ambiente pode promover uma ação que traga resultados. E sei que isso é complexo, pois faltam técnicos e dinheiro no ICMbio. Eles falam que para se estabelecer uma indenização não é tão simples. É preciso de um parecer técnico que seja consistente. A nossa expectativa é a de que possamos avançar, tanto do ponto de vista mantermos uma política de preservação dos nossos recursos genéticos, da nossa biodiversidade, mas que também possamos gerar inclusão social e a proteção, junto com a biodiversidade da nossa sociodiversidade, que é tão rica, nesse bioma, chamado Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Quero dizer ao meu querido companheiro que temos enfrentado grandes dificuldades na Comissão de Meio Ambiente, porque não existe inocente nessa história. A sociedade baseada no lucro e no consumo não leva em consideração as variáveis humanas absolutamente importantes. Então, é preciso que a gente entenda, e eu, na minha intervenção anterior, disse que a gente não pode ser inocente. A gente tem que tomar a posição



política de dizer que a produção agrícola em larga escala no Brasil está mandando em tudo. Nós temos uma situação que é dada ao agronegócio e à indústria automobilística, que são duas pinças atrasadas. E você disse bem: a minha condição aqui é de dar nome aos bois. Há um equívoco; equívoco, não, há uma má intenção, o que é muito diferente de equívoco.

Tem a palavra Taumaturgo Lima, meu querido amigo, Deputado e companheiro!

O SR. DEPUTADO TAUMATURGO LIMA - Deputado Penna, primeiro é um prazer participar de uma audiência pública com V.Exa. como meu Presidente. É uma grande honra.

Eu quero parabenizar meu colega e meu conterrâneo, Deputado Henrique Afonso, pela sua sugestão para audiência pública. É uma necessidade que nós temos: colocar esse tema em pauta e avançar com ele.

Eu o parablenizo, Henrique, pela sua iniciativa, pelo seu mandato em defesa dessa causa, que eu tenho acompanhado. V.Exa. é um Deputado que o Acre honra, pela sua dedicação, seu respeito com o nosso Estado e com o povo acriano. Parabéns!

Eu quero cumprimentar o Arno Jerke. Quero cumprimentar o Jean-François Timmers, da WWF.

Por último, quero fazer uma referência à nossa Mary Allegretti. Quero agradecer a você por tudo o que tem contribuído para o Brasil, principalmente, e para o nosso Estado, pelo carinho que você tem, por tudo o que você fez. Você foi muito importante nessa questão ambiental do Estado do Acre. Eu agradeço a você por tudo, em nome do povo acriano. Você acompanhou essas lutas todas no nosso Estado.

Eu só queria reforçar que eu acho que o Acre, com o Chico Mendes, foi o pioneiro no planeta a ter coragem de enfrentar o debate ambiental, de colocar essa questão ambiental e fazer a defesa como ele fez, tendo perdido a vida.

Mas eu queria aqui me somar... Eu não sou ambientalista, também não sou pecuarista, e tenho uma série de dificuldades para entender muitas coisas. Eu nasci lá no Parque Nacional, ao qual o Deputado Henrique se referiu e que, no final do Governo José Sarney, foi criado aqui dentro do gabinete, como a Dra. Allegretti



colocou. É um perigo fazer uma reserva, uma Unidade de Conservação, uma reserva indígena, um parque nacional dessa forma. Todo mundo foi pego de surpresa. Não é que lá não fosse uma área que merecesse, pois merece, ter os cuidados necessários para se criar o Parque Nacional, mas esse Parque foi criado, e até hoje o meu pai, que faleceu em 2010, durante a nossa campanha, nunca foi indenizado pela sua propriedade, uma propriedade pequena onde ele colocou toda a sua vida. Igual a ele foram vários outros, que já faleceram.

E quem cuidou daquela área — eu estou dando aquela área como referência, mas estou me referindo a todas as áreas, no Brasil todo — foram os ribeirinhos, o homem do campo na Região Amazônica.

Eu estava ouvindo a fala da Dra. Allegretti, que me motiva. Quando a senhora vem falar sobre meio ambiente, dá a mim mais esperanças, mais sonhos que nós podemos realizar, porque é uma das poucas pessoas que, quando trata do meio ambiente, se lembra do ribeirinho, se lembra de quem está lá dentro. Não se vê discurso de ambientalista se referindo, principalmente em relação à Amazônia, ao povo, ao caboclo, ao índio. Ele está preocupado em preservar a flora e a fauna, ao que nós também somos a favor. Nós já seguramos isso por décadas, por anos e anos! Fomos nós que conseguimos manter a floresta em pé.

Hoje vêm pessoas de todas as atividades. Todo mundo conhece a Amazônia, todo mundo sabe dar palpite sobre a Amazônia. Como você disse, não foi só a Amazônia — as outras regiões foram mais afetadas —, mas ela conseguiu se manter em pé.

Mas a Amazônia ninguém conhece; a senhora sabe muito bem disso. Quem for fazer uma visita a qualquer região da Amazônia vai ver um cenário hoje que, daqui a 6 meses, quando for lá, será outro. Será outra situação: é o rio seco, é a floresta mais verde ou mais seca. Ela tem um ciclo diário de modificações, e ninguém conhece.

Por que nós não podemos conciliar a preservação ambiental com o nosso povo vivendo lá dentro, como já viveu até agora? Eu considero, Dra. Allegretti, e meu Presidente Penna, por quem tenho profundo respeito, que se está fazendo um processo de expulsão do ribeirinho, do homem do campo, porque é muito fácil. Eu vivi isso com o meu pai e com os meus amigos que ainda estão lá e que queriam



tirar da beira do rio, onde eles cresceram, e colocar no meio de uma região que não tinha estrada, que não tinha rio para eles irem, expulsando um cidadão, um homem que cuidou daquilo tudo de onde ele viveu, sem nada, sem uma indenização, sem direito a nada, porque, com o que estão proporcionando a ele lá, ele não vai conseguir sobreviver.

Eu vivo uma angústia muito grande, não só com a Amazônia. Eu não estou preocupado... Eu acho que se deve preocupar com o grande fazendeiro, com o agronegócio, mas esse pessoal aguenta a pressão. Se você desapropriar uma terra dele, ele tem como pagar um advogado, ele tem como manter a sua família comendo todos os dias. Mas se você criar uma Unidade de Conservação, se você fizer uma demarcação de uma terra indígena, tirando o pequeno de lá, ele não tem para onde ir; ele não tem como sobreviver; ele não tem um advogado para entrar contra o Estado e reaver aquilo a que ele tem direito. Ele não tem. O grande, não, o grande aguenta. Você desapropria, aplica uma multa a ele. Ele está lá, e chega uma multa cujo valor é maior do que o valor da terra.

A senhora, eu estou vendo que está no Instituto Chico Mendes agora... É no Memorial, perdão. Eu vejo essa pressão grande pela preservação, e hoje nós vivemos num novo momento. Eu não acredito que haja qualquer cidadão ou cidadã no planeta que não queira preservar.

O homem da Amazônia quer preservar, mas ele quer alternativa, ele quer sobreviver, e bem, com a família na escola, com o filho estudando, com saúde, com educação, com a sua televisão, com a sua geladeira em casa para ele se alimentar com alimento saudável. Ele quer isso! Ele não quer derrubar. E nós temos matéria-prima na floresta para manter essas famílias onde elas estão, mas precisamos de tecnologia, precisamos de investimento. É só isso! Ele pode viver lá naquela área sem qualquer impacto; ao contrário, ele vai cuidar, como sempre cuidou. Ele consegue viver lá sem qualquer impacto ambiental; ao contrário, ele vai cuidar daquela região.

E eu fico preocupado porque muita gente criou uma expectativa com o Código Florestal: *“Ah, agora tudo vai mudar!”* Não vai! O Código Florestal é mais uma lei que foi criada, e quem está lá na Amazônia precisando sobreviver não vai respeitar a lei; vai primeiro resolver os problemas de sua sobrevivência. Ele não vai deixar de



derrubar para botar o roçado dele, para plantar a macaxeira dele ou outro produto porque há uma lei. Ele vai fazer e esperar o que vai acontecer, mas ele vai sobreviver.

E o maior desmate hoje é do pequeno, porque ele não tem tecnologia para fazer investimento no negócio dele. Eu vejo que se pode criar a lei que for, que se pode criar Unidade de Conservação; se não houver alternativa para que essas pessoas tenham uma qualidade de vida... Nós temos que criar áreas de produção.

Eu vejo também que nós criamos as áreas de conservação, as reservas indígenas, e deixamos os índios lá, sem nada. O índio hoje não quer só terra. O índio quer os benefícios que nós temos; ele quer isso também. Não sei quantos milhões de hectares são dadas ao índio, mas ele não pode fazer nada com a terra dele. E ele está lá, sofrendo também com a política equivocada! Eu convivi com uma aldeia indígena na região onde eu morei, onde nasci e fui criado.

Eu acho, Presidente — acho, não; tenho certeza —; que a nossa responsabilidade é muito grande, mas há interesses que se confrontam e muitas vezes atrapalham. O que eu vejo, pela experiência que eu tenho de vivência nessas áreas, numa região como o Acre, que é uma das que tem uma boa parte da sua região preservada, é que o Acre precisa se desenvolver; o povo do Acre precisa ter uma resposta, ter uma compensação. O povo da Amazônia tem que ter uma compensação por preservar; precisa ser recompensado por isso, porque, com a preservação da Amazônia todo mundo se beneficia. Quando vêm os *royalties* do petróleo, ninguém quer distribuir, ninguém quer dividir. Nós temos a obrigação de dividir, de preservar, de fazer o sacrifício, mas ninguém quer contribuir conosco.

O Governo Federal investe muito pouco na Amazônia, doutora! É uma vergonha o que se investe lá. Qual é a importância que todos dão à Amazônia? Quando vamos ver os investimentos, não há investimento para a Amazônia.

Eu vou concluir. Ao mesmo tempo, como nós temos essa obrigação, e eu sei que é um dever nosso a preservação, cuidar do meio ambiente, e a área urbana? Nós temos que fazer uma discussão num todo. Não podemos discutir sobre um pedaço. Como é que o perímetro urbano vai contribuir? E as indústrias? Como é que nós vamos ter a nossa agricultura? Nós precisamos de alimento. O Brasil está com 200 milhões de habitantes; é um dos maiores produtores de Agricultura. Como é que nós



podemos ter um país que preserve sua produção agrícola? Nós temos como fazer isso em qualquer lugar do nosso País. Nós podemos fazê-lo e preservá-lo.

Eu gostaria de dizer, doutora, que eu sei que o que eu falo aqui e o que se ouve é o seguinte: o que tem que ser feito no meio ambiente é legislação, é lei. Como você disse, de dentro do gabinete. Existe uma área tal, como você olhou no mapa, então, existe interesse em relação a essa área de se fazer.

Nós temos que acabar com isso. É preciso ver quais são os interesses. Quando eu vejo a senhora falar na questão social, eu sinto uma motivação muito grande em continuar essa defesa, porque aquele povo que mais sofre, o povo que mais lutou pela preservação é o que mais sofre. Fazendo isso, não há nenhuma compensação.

Eu agradeço a todos os que estão aqui e lembro que o Brasil é um País que tem que fazer esta discussão de forma equilibrada, de tal modo que tenhamos uma indústria forte, uma agricultura forte, uma preservação forte e mantenhamos as pessoas nos seus lugares. Aquelas que precisarem ser retiradas do local, que sejam retiradas, já que não é possível viverem lá, mas que elas sejam compensadas e não sejam expulsas. Elas estão sendo expulsas. Antes, eram os grandes fazendeiros que as expulsavam; agora é o Governo que as está expulsando.

Eu sou do Partido dos Trabalhadores, mas, da forma como está, quem está expulsando nossos ribeirinhos são as leis que nós criamos aqui dentro do Congresso Nacional.

Concluo, dizendo que eu estou disposto a contribuir. Eu sei que esta não é uma tarefa fácil, mas nós temos como avançar e ter um Brasil melhor para todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Obrigado, Deputado.

Eu gostaria de fazer uma rodada rápida, enquanto a luzinha não acende — quando pisca uma luz aqui, a gente tem que parar imediatamente.

Eu não quero que V.Exa. saia daqui sem eu lhe dizer o mito dos índios, para explicar a diferença entre a consciência dos brancos e a dos índios. Eles dizem o seguinte: *“Os brancos nascem da pedra e, quando eles cortarem a última árvore, morrerá o último índio”*. Isso é para explicar que o modelo de desenvolvimento, que seria importante para o amazônia, não é necessariamente a Avenida Paulista. Portanto, a gente precisa, urgentemente, pensar um pouco nisso.



Recentemente, eu estive em Rio Branco, que está engarrafada. Na hora do *rush*, fica engarrafada, como todas as cidades brasileiras. Este é um modelo, acho, que não serve; é um modelo que a gente tem que repensar. Eu acho que temos que avançar, mas deve haver outros sentidos.

Eu vou ouvir agora a Sra. Mary Allegretti, a quem uma professora-doutora passou uma pergunta.

A SRA. MARY ALLEGRETTI - A Dra. Marlúcia Martins gostaria que a Mesa comentasse a situação da Rebio do Gurupi, área de importância máxima para a conservação dos centros de endemias em Belém, insubstituível com espécies endêmicas ameaçadas de extinção, último reduto da Amazônia no Estado do Maranhão, com presença de grandes fazendeiros, invasores e assentados pelo INCRA e pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão — ITERMA, após decreto de criação. Ao que parece, esta Rebio não possui população tradicional.

Eu acho que essa situação é tão típica desses conflitos que vêm acontecendo na fronteira de expansão da Amazônia, que me surpreende, como se acredita que, por exemplo, com a abertura de áreas em lugares onde ainda há proteção — é o caso da BR-319 —, mesmo que se criem unidades de conservação, aquelas áreas, com aquelas unidades, vão conseguir sobreviver à pressão de uma estrada.

O que estamos vendo em Gurupi é o que já aconteceu e o que vai acontecer nessas outras áreas que estão sendo abertas. Não há como conseguir proteger uma área, a não ser que se defina claramente quem pode e quem não pode utilizá-la.

Se houver, por exemplo, invasão de unidade de conservação, não basta chegar lá e colocar polícia. Tem que se saber que há uma causa que está levando, empurrando essas pessoas a invadir. É preciso juntar as duas partes, e resolver também a situação de quem está “invadindo” — entre aspas. Há, por exemplo, pessoas sem terra que estão invadindo porque saíram de alguma outra situação conflitiva. Não há mais como se tratar a questão ambiental fora desse contexto — eu acho. Eu acho que não dá. Eu nem posso falar isso, porque não conheço quem está invadindo Gurupi. Estou falando de uma situação geral, mas no sentido de que a invasão de unidades de conservação é um crime que precisa ser absolutamente controlado e restringido. Mas, por outro lado, é preciso também saber que causas levam a isso.



E essas invasões vão continuar acontecendo, se não conseguirmos equacionar os dois lados. Acho que temos que conseguir equacionar, pois a fronteira não pode continuar aberta. Quando eu digo fronteira aberta, quero dizer que há interesses em conflito, que não se harmonizaram ainda. Quando se criam terras indígenas, está-se delimitando aquele território e dizendo: *“Isto aqui é indígena”*. Quando se criam unidades de conservação, está-se dizendo: *“Estes são territórios públicos, da União”*. Isso permite que o território se organize. Quando se cria um projeto de assentamento, está-se regularizando esses acessos.

Acho que essa é uma pauta comum aos pequenos e aos grandes; é das unidades de conservação e do ribeirinho. E acho que isso deveria ser o ponto número um, para evitar que se criem áreas e depois se tenha que sair correndo atrás para evitar a destruição daquilo que foi criado. Não dá mais para olharmos pontualmente, é preciso fazer um esforço de concertação.

A Comissão de Meio Ambiente pode ter esse papel. Pode trazer aqui os problemas reais, debruçar-se sobre eles para encontrar soluções em que prevaleçam a lei e, ao mesmo tempo, os interesses legítimos, porque muitas vezes são legítimos. Aqueles interesses que não são legítimos, nós não vamos discuti-los aqui, não é o caso. Mas aqueles interesses que são legítimos têm que ser abordados. Acho que nós já passamos daquela fase em que, de um lado, criava-se a qualquer custo e, de outro lado, criava-se como se não houvesse outros aspectos a considerar.

Quanto a áreas de expansão, como é o caso do Maranhão, por exemplo, se essas áreas não forem garantidas, não vai sobrar nada na entrada daquela fronteira da pré-Amazônia maranhense, não vai sobrar nada! Portanto, Gurupi é realmente um caso muito importante. Os senhores têm que dar conta dessa questão e resolver essa demanda prioritária que as pessoas estão trazendo para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - E há inclusive um grupo indígena, não sei se está perto...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Ao lado, os Awá. Estes precisam de atenção especial, da mesma maneira. É uma barra!

Com a palavra o Sr. Jean-François Timmers.



O SR. JEAN-FRANÇOIS TIMMERS - Trabalhei muitos anos na Mata Atlântica, na verdade, desde a década de 90, onde há situações de conflito que representam e podem configurar uma situação futura na Amazônia e em outros lugares. A pressão não parou na Mata Atlântica, ela continua crescendo em cima de pequenos redutos onde há populações e onde há remanescentes de biodiversidade. Então, esses dois interesses — que, em certos lugares, são opostos — são acuados em pequeníssimos redutos e tentam sobreviver na mesma situação.

Eu participei da criação de unidades de conservação na Mata Atlântica em que se tinha de discutir com todos os interesses. Em geral, consegue-se uma situação de consenso. Demora mais? Demora. Tem que ir a campo? Sim. Passei muito tempo em campo, peguei muito carrapato, posso garantir. Mas a gente pode, a gente tem condição de construir isso. Inclusive fazíamos desenho junto com todos os interessados, para tentar evitar conflitos.

Mesmo assim, depois de criadas as unidades, tivemos problemas de implementação, porque não foi pago... Às vezes, a gente constrói uma proposta com o apoio do Município, com o apoio das entidades, e o desafio é implementá-las.

Quero dizer por que isso pode prefigurar o que vai acontecer também na Amazônia. Fazendo um elo com a questão do consumo, como bem colocou o Deputado Penna, nós vamos ter uma classe média mundial que vai passar de 1,8 bilhões para 4,9 bilhões, em menos de 20 anos. A classe média é que consome, que compra celular, que compra televisão, que compra carro. A classe média mundial vai mais do que duplicar em menos de uma geração, agora está acontecendo. De onde se vai tirar o metal, a energia, o alimento? E onde se pode expandir mesmo esse fornecimento de matéria-prima, a não ser na Amazônia, na África Central e no Sudeste Asiático, onde já está acontecendo?

Há desafios e essa perspectiva. Temos contato com outros países e vemos o que está acontecendo em outros países. Temos que unir uma ponta com a outra, ligando os eixos, para ver o que está acontecendo. A gente vê que os desafios atuais da Amazônia podem ser pequenos, em relação ao que podem ser daqui a 10 anos.

O SR. DEPUTADO TAUMATURGO LIMA - Sr. Presidente, além da questão brasileira na Amazônia, a discussão tem que acontecer também com os nossos



países vizinhos. É de fundamental importância trazer para esta discussão Bolívia, Peru e demais países vizinhos. É importante trazê-los para a discussão, porque há uma pressão de lá para cá.

O SR. JEAN-FRANÇOIS TIMMER - O desafio de Gurupi, no Maranhão, será o desafio de muitas outras áreas. Por isso, tentei colocar que, na medida em que a fronteira agrícola vai, os interesses de desenvolvimento acontecem. Tem que haver um planejamento, uma discussão, uma concertação, para se decidir onde ficarão os corredores, onde ficarão as áreas remanescentes, onde ficará a população. É preciso fazer um planejamento de mudança que permita amortecerem esses choques, antes que eles custem mais vidas, antes que eles custem mais perdas e conflitos, inclusive com custos econômicos para o próprio processo de desenvolvimento em si.

Não há agricultura sem chuva, agricultura sem água, sem solo. Também é interesse da agricultura sentar e discutir como a gente vai garantir não só a agricultura de hoje mas também a agricultura de amanhã.

Temos um desafio para a Amazônia. A metade das chuvas que estão caindo no Centro-Oeste e no Sul do País vêm da Amazônia e dependem de mata em pé. O que vai ser da agricultura no Centro-Oeste, se toda a Amazônia for desmatada? Temos sinais sérios que demandam pelo menos uma boa reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - François, a propósito, como sou de longe o mais velho dos presentes, lembro que nos anos 70 estive no Brasil um futurólogo americano chamado Herman Kahn. Ele foi gozado por todos, como futurólogo. A nossa ignorância pátria o tratou muito mal. Mas ele dizia que, no dia que cortassem as matas do sul da Bahia e do norte do Espírito Santo, teríamos seca no banhado do Rio Grande do Sul. E aconteceu. Como o cacau é uma planta generosa com a natureza, porque é de sub-bosque e tal, quando veio a vassoura-de-bruxa, nós torrámos aquela lenha toda, jogamos boi e café. E aí o Rio Grande do Sul secou, com uma paisagem absolutamente dura, nordestina, impensável para os gaúchos. Mas foi previsto, exatamente o que o senhor está falando em relação à Amazônia. Também falou o amigo Deputado Taumaturgo Lima, com muita delicadeza, sobre não haver compensações pelos serviços prestados da Amazônia ao Brasil.



Com a palavra Adriana Ramos.

A SRA. ADRIANA RAMOS - Obrigada, Deputado.

Até para responder um pouco à Mary, eu acho que, fundamentalmente, a questão de sustentabilidade e conservação pressupõe escolhas. Lembro-me do que dizia um cartaz que vi nas manifestações de rua: *“Quem diz que governa para todos está mentindo para alguém”*. Acho que, na verdade, o que nós temos é uma questão de escolha.

Este ano, por exemplo, o Governo teve a iniciativa brilhante de fazer a desintrusão da terra indígena Marãiwatsédé. Conseguiu fazê-lo, era direito dos índios. A ocupação era posterior ao processo demarcatório, portanto, não havia legitimidade alguma. O Governo foi lá e fez. Quando o Governo quer, faz.

Acho que, no caso da Amazônia, Deputado, não é dinheiro. Para a Amazônia, há 25 bilhões de reais só para Belo Monte! O problema é o que se quer fazer com o dinheiro na Amazônia.

E é importante dizer que a legislação prevê os instrumentos para a solução, tanto no sentido de regularização quanto no sentido de compensação. Então, as possibilidades reais, inclusive com o reconhecimento dos direitos que são legítimos, estão dadas. Acho que a gente precisa reconhecer que ainda há muita demanda para a criação de novas áreas. A criação das unidades de conservação no período, a partir de 2003, teve papel fundamental na redução do desmatamento. E a não criação de áreas, nos últimos 3 anos, teve papel fundamental no aumento, na retomada do desmatamento. Então, é importante reconhecer que há demandas tanto sociais quanto ambientais a serem cumpridas.

Apenas para dar um último exemplo, cito um caso ocorrido também no Maranhão, em área de Mata Atlântica. Há uma proposta de reserva extrativista, a do Tauá-Mirim, uma área de pescadores. Essa área já foi reduzida para a construção de um porto da Vale, para a construção de um porto da Alcoa, para a construção de uma termoelétrica de carvão mineral que lá funciona e recentemente, na última negociação da área, para uma mineração de areia. Ainda assim, as comunidades acham que vale a pena criar. E não se cria!

O que falta é a vontade de ajudar a resolver o problema e de enfrentar, de fato, as escolhas que se têm que fazer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Com a palavra o Sr. Antoninho Rovaris.

O SR. ANTONINHO ROVARIS - Sr. Presidente, quero pedir desculpas, pois um carro passará a poucos minutos para me buscar, e serei obrigado a pegá-lo.

Eu gostaria de colocar basicamente o seguinte. Tudo o que nós falamos eu resumiria em três palavras: modelo de desenvolvimento. Acho que esse é o cerne de tudo.

Por outro lado, eu ainda tenho uma esperança muito grande de que a gente consiga fazer com que o Governo brasileiro cumpra as suas obrigações perante os processos que já estão instaurados.

E eu gostaria muito de contribuir também com relação à criação de novas unidades, para mantermos o País na lógica do desenvolvimento, mas com preservação ambiental. Acho que esse é o nosso desejo.

Agora, nós que convivemos durante praticamente 20 anos ou 25 anos com a política agrícola para a agricultura familiar, Deputados, sabemos o quanto é difícil sair do âmbito do pensar para o âmbito do fazer, para a ação. A gente sabe que é muito difícil, mas a gente tem essa expectativa.

Estamos à disposição. Vou pedir licença, pois tenho que sair imediatamente. Obrigado.

O SR. DEPUTADO TAUMATURGO LIMA - Sr. Presidente, eu queria apenas contar uma história rápida, como fez V.Exa. A evolução é muito rápida e muito forte. Eu ainda era muito pequeno, na minha cidade — eu vinha sempre estudar na cidade, pois meu pai me colocava na escola, mesmo com todas as dificuldades —, quando chegou um andarilho, um cara que via o futuro. Eu sempre o acompanhava pela cidade. Um dia, ele estava na beira do rio e disse: *“Meu filho, este rio aqui, as pessoas ainda irão cruzá-lo a pé, sem molhar os pés”*. Quando ele falou aquilo, eu fiquei doido. O nome dele era João José. Em casa, contei para a minha mãe, que disse: *“Mas, meu filho, isso é verdade?”* A minha mãe é muito católica. Eu respondi: *“É”*. O tempo passou. Agora, há pouco tempo, o nosso Governo fez uma ponte passando por cima desse rio. E eu falei para a minha mãe: *“Agora eu entendi o que o nosso andarilho falou. Nós estamos passando por cima do rio, realmente, sem molhar os pés!”*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Bem, é uma previsão danada!

Mas eu vi lá no Acre situações de seca de rio bravíssimas.

O SR. DEPUTADO TAUMATURGO LIMA - Agora mesmo, os igarapés lá secaram muito. Morre muito peixe nos lagos, por conta da falta de oxigenação da água. Isso é muito forte. Por isso, eu falo que ninguém conhece a Amazônia. O verão é muito forte, a chuva é muito forte. Acho que o que sustenta a Amazônia são essas distorções.

O SR. ARNO JERKE JÚNIOR - Peço apenas um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Pois não.

O SR. ARNO JERKE JÚNIOR - Quero complementar e finalizar, muito rapidamente. Acompanho, mas também com vênias, Deputado, o que se disse acerca do carinho da população tradicional para com a terra. Nós não podemos descartar que também o produtor rural — a exemplo do que acontece com a minha família no Rio Grande do Sul e tantos em Santa Catarina, no Paraná e em todo o Brasil — nutre pela terra um amor especial, por conta de muitas pessoas que nela trabalham. As pessoas falecem e são enterradas na mesma propriedade, porque aquela propriedade vem, de geração em geração, trazendo alegria e também sofrimento no dia a dia da produção, que não pode ser descartado. Mas esse amor pela terra é nutrido por todos aqueles que produzem com responsabilidade.

É importante também tratar, aproveitando o que a Sra. Mary falou, que nós estamos num momento de consolidação de direitos. Temos que identificar todos que temos direitos, seja o direito da produção, seja o direito da preservação. Todos têm direitos que devem ser tutelados. Nós temos que começar agora a fazer a sintonia fina desses direitos, fazer a adequação dessas regras que foram criadas no passado para a realidade atual. Nós não podemos nos afastar e esquecer o direito daquele que está na terra há muitos anos, daquele que produz.

E nós não podemos esquecer a nossa responsabilidade, como comentou o Sr. François, acerca da necessidade de alimentarmos o mundo com responsabilidade. O agronegócio brasileiro já vem fazendo isso, quando diminui a área de produção e aumenta a produtividade de forma incrível. É esse o caminho que vamos ter de andar: menos desmatamento e mais tecnologia. O agronegócio



brasileiro, o mais sustentável do mundo, está preocupado com isso e já tem caminhado a passos largos.

Nós também não podemos esquecer — e aproveito a presença da Adriana — o exemplo que ela deu da terra indígena no Mato Grosso, a Marãiwatsédé. Nós estamos discutindo aqui hoje também a preocupação social com a manutenção das pessoas na floresta, nos seus locais tradicionais. E nós temos hoje um passivo social fantástico no Estado do Mato Grosso, com pessoas andando e vagando com o seu gado, ou sem gado nenhum, porque perderam tudo. Seguem nas estradas daquele Estado, desesperadas, com seus filhos, sem possibilidade de sustento ou manutenção de uma vida digna, por conta também da preocupação com o dia seguinte àquilo que aconteceu no Estado do Mato Grosso.

Acho que a consolidação de direitos passa por tudo isso. Nós temos que nos preocupar com tudo isso, sem esquecer a importância da produção. O produtor tem toda a consciência da necessidade da preservação ambiental, mas devemos sentar e não esquecer o direito dele também. Nós estamos aqui hoje tratando do problema da população que está dentro da unidade de conservação de proteção integral, e muitos casos, como nós tratamos aqui, estão lá dentro por direito, previsto no SNUC. Esse direito deles também precisa ser salvaguardado. Nós precisamos trabalhar o direito daquele que tem o direito de propriedade — está lá no art. 5º —, exercitou e exercita o mister dele, que é a produção, a alimentação da nossa população e do mundo. Nós não podemos esquecer isso também, nesse conjunto de interesses de que vamos tratar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Com a palavra o João Arnaldo.

O SR. JOÃO ARNALDO NOVAES JÚNIOR - Na verdade, o tema central, pelo próprio requerimento, era a relação entre as unidades de proteção integral e as comunidades tradicionais; ou, como lembrou brilhantemente a Sra. Mary Allegretti, das unidades de conservação de proteção integral, nas áreas de antiga ocupação das comunidades tradicionais.

A questão essencial, quando se faz essa abordagem, lembra outra demanda. Só para não deixar de registrar, há um esforço muito forte para ir além dos elementos e dos dados que nós já temos e que são consolidados historicamente.



Depois, eu queria enviar dados atualizados, porque a maior parte dos dados que você colocou não são esses; ou são parecidos ou são bem diferentes.

Por exemplo, a discussão sobre proposta de criação de unidade de conservação, embora nós tenhamos ainda claramente a necessidade de concluir algumas áreas ainda, talvez não na escala dos últimos 20 anos, 15 anos especialmente, para garantir que nenhuma espécie seja ameaçada sem a necessidade de comprometer a produção agrícola brasileira, de forma alguma, e nem direito de proprietários, o que na verdade aconteceu é que foi formada uma coordenação de criação que mapeou, levantou todos os processos existentes. Então, não quer dizer que aquele processo aberto signifique uma proposta de criação que está lá. Mas a gente não pode jogar fora o processo. Temos que pegar o processo, qualificá-lo, ver se é viável ou se não é viável.

Então, há dois esforços acontecendo neste momento. O primeiro é de qualificar e responder isso. Muitas vezes, são propostas da academia, da sociedade civil, que precisam de uma resposta, não podem ficar arquivadas, não podem esperar muito tempo.

O segundo é que está sendo trabalhado um novo modelo de criação de unidade de conservação. Por exemplo, todas as coordenações teriam vidas. A Coordenação de Regulação Fundiária nunca era ouvida quando havia um processo de unidade de conservação. Isso está sendo feito. A discussão é a criação agora, não é só a forma. Então, há duas questões a serem tratadas. Esse é um tema para o qual estamos abertos, inclusive para interagir com o Parlamento e com as demais instituições que estão aqui.

A outra questão é em relação à compensação ambiental. Estamos num momento importante de equacionar a forma de destinação. Só para a gente entender que, quando falarem que há 60 milhões, 100 milhões, o valor total está mais em destinações aprovadas do que em valores destinados. Uma coisa é dizer que está aprovada a destinação; outra coisa é a empresa ter colocado dinheiro. Independente disso, há alguns meses ou, no máximo, há um ano, a destinação era toda definida por uma comissão técnica do IBAMA. Ela não levava em consideração a demanda das unidades. Então, algo em torno de vinte e tantas, trinta e poucas unidades têm recursos.



E há um problema: o SNUC prevê que apenas a unidade de proteção integral tenha a possibilidade de utilizar o recurso em compensação ambiental. Nesse aspecto, são vinte e tantas, trinta e poucas unidades. A maioria com 500 mil, 700 mil.

A gente faz um esforço para organizar uma equipe e ir lá fazer a instrução de um processo. Instrui o processo, dá 700 mil, mas o recurso lá é só 500 mil. Então, tem que esperar entrar mais dinheiro. Então, não é assim, não há 60 milhões; há 300 mil, 500 mil, 600 mil. Esses são ajustes. Agora as novas destinações já estão entrando num novo modelo, que é a identificação de prioridades.

O que nós estamos propondo é que as destinações antigas possam... Por exemplo, o Parque Nacional da Serra do Divisor não tem recursos destinados de compensação ambiental para solucionar o problema da regulação fundiária, e lá ocorreu um dos poucos casos, embora desastrosos, de tentativa de reassentamento. A regra geral é não haver nem tentativa.

Essa tentativa ruim que aconteceu a gente tem que utilizar para lembrar algumas coisas. Primeiro, ela normalmente não acontece; segundo, ela não pode ser igual a que aconteceu lá. Ela tem de ser feita de forma séria, de forma respeitosa.

Eu falei rapidamente na minha fala que precisamos de respeito e diálogo. Nós temos que sentar, reconhecendo que há um passivo gigante, que nós não vamos resolver da noite para o dia, mas que também não dá para deixar na gaveta nem debaixo do tapete. Tem que ser deixado às claras, tem que criar uma linha do tempo em que as pessoas acreditem, em que a sociedade acredite, que seja viável dentro do que é possível para o Instituto Chico Mendes, dentro de suas limitações, mas também de suas atribuições — executar —, que é nossa responsabilidade. Essas são agendas que a gente deve parar e observar.

Concluiria com o caso da REBIO Gurupi. A REBIO Gurupi tem outra situação peculiar. Por isso, eu digo que cada caso tem que ser tratado especificamente. Ela foi criada há 20 anos, numa decisão corajosa, porque já havia interesses para outros fins. Depois de criada a REBIO Gurupi, por coincidência, salvo engano, pelo Presidente José Sarney, o Estado do Maranhão, anos depois, criou dois assentamentos na área, em área que já era REBIO, que era terra pública. Houve



muita titulação ilegal dada pelo ITERMA para alguns proprietários, fora as grilagens. Nós temos situações lá que são casos de Polícia Federal. E há gente, o que é caso de Polícia Federal, utilizando os assentados que foram vítimas de destinações de assentamentos criados de forma equivocada para justificar a legitimidade do direito de não tratar essas pessoas que foram colocadas lá em assentamentos pelo próprio poder público, não importa se foi federal se foi estadual.

Na prática, o fato é que nós vamos ter que encontrar uma solução. Não dá para dizer ao INCRA que resolva, simplesmente, porque não foi o INCRA que criou o problema, mas também não vai dar mais para esperar que só o Estado resolva.

Eu estou só explicando a situação. Nós temos uma equipe permanente lá. A situação é delicada: tráfico de drogas, homicídios. Inclusive num dos casos, o proprietário não existe como pessoa física, já foi procurado pela Polícia Federal, pela INTERPOL e foi confirmado que era apenas um CPF criado para representação. Então, aparecem os advogados e não aparece a pessoa.

Há vários processos no Pará e no Maranhão...

(Não identificado) - Que loucura!

O SR. JOÃO ARNALDO NOVAES JÚNIOR - É só para explicar que existe casos e casos.

(Não identificado) - É um *fake*.

O SR. JOÃO ARNALDO NOVAES JÚNIOR - Talvez coubesse uma audiência pública específica sobre o problema da grilagem de terra em unidades públicas e a finalidade de conservação da biodiversidade, mas não era o foco prioritário aqui, para a gente não perder a referência do que nós vamos fazer para não deixar as comunidades tradicionais que estão em unidades de proteção integral, esperando mais do que já esperaram até hoje, para terem uma solução definida dos seus direitos.

A SRA. MARY ALLEGRETTI - Só um pequeno aparte, João Arnaldo. Mas que também não busquem como solução transferir o problema para o INCRA.

O que ocorre hoje é que o ICMbio pretende transferir as reservas extrativistas para o INCRA. Essa também não é a solução.



O SR. JOÃO ARNALDO NOVAES JÚNIOR - Na verdade, não há nenhuma pretensão do ICMBio. Pelo contrário, o ICMBio defende a integralidade do SNUC. Não sei qual...

A SRA. MARY ALLEGRETTI - É o MMA, então?

O SR. JOÃO ARNALDO NOVAES JÚNIOR - Não sei, não tenho conhecimento sobre essa proposta, mas o fato é que o esforço de implementação do sistema... Eu acho até que, pelo conhecimento, o domínio que você tem sobre a agenda, não só das RESEXs, mas especialmente das RESEXs, você ajudou a construir essa agenda...

Uma coisa a gente tem que admitir: as políticas públicas não foram feitas para chegar a um Brasil profundo. Os extrativistas estão nessas áreas. Eles se tornaram invisíveis. Não foi criada agora a RESEX, não é de agora que se admite que haja população tradicional na Amazônia. Na hora de chegar à escola, à saúde, ao apoio à produção sustentável, não há aderência. Às vezes, há decisão política inclusive. Para não parecer que a gente fica tratando de uma falsa história, às vezes, há decisão política de chegar, mas a máquina do Estado não foi adaptada.

Eu acho que para não ficar parecendo que as coisas... É importante explicar que há um esforço inclusive do Governo. Daqui a 20 dias vai ser assinada a elaboração de um plano de fortalecimento do extrativismo. Não vai ser a solução de todos os problemas, mas um dado importante é que o esforço desse plano é a adaptação de políticas para chegar a esses locais.

Nós temos um modelo de saúde que está sendo experimentado, por exemplo, na Terra do Meio, que foi uma decisão do Ministério da Saúde muito interessante. Vai dar para ser aplicado em todos os locais? Em vários, sim; em outros, não, mas não poderia ser o mesmo modelo feito para o resto do País. Em um da Amazônia, as pessoas passam dois dias em barco para chegar à cidade mais próxima. Então, há uma adaptação, um modelo próprio para isso. Para a educação, é similar, envolvendo a universidade. Esse esforço está acontecendo.

No uso sustentável, que é a valoração da produção extrativista, houve vários avanços. Esses avanços não fizeram com que a realidade se tornasse positiva, ideal. Nós não podemos correr o risco de dizer: *“porque ainda não deu certo, joga fora o que foi feito”*. Temos que identificar quais são os ajustes finos nas políticas



para que elas se tornem reais, elas se tornem efetivas, que se dê o pulo do gato, para que assim a ação de uso sustentável e o direito dessas famílias sejam consolidados.

O SR. DEPUTADO TAUMATURGO LIMA - Conceda-me um aparte? Essa demora toda traz um prejuízo grande. Você conhece bem a Serra do Divisor. Na época em que a gente morava, não havia o parque ainda formalizado, não havia o tráfico de drogas. Hoje virou um dos maiores corredores do tráfico de drogas. Eu sou obrigado a ver os meus amigos, muitos deles que conviveram comigo, brincaram comigo pulando nos igarapés, na cadeia. É triste, porque o Governo não tomou uma decisão, e ninguém sabe quando ela será tomada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Eu quero dizer aos meus companheiros que, embora tenhamos feito uma conversa extremamente importante, o tempo não para.

Quero pedir desculpas ao amigo sociólogo. A minha assessoria vai entrar em contato com você para, depois, a gente ter uma conversa. Quem sabe, na próxima, você seja convidado para se pronunciar.

Agradeço a todos a presença. Muito obrigado.

Foi uma longa, longa audiência pública. Eu acho que nós vamos conversar aqui entre todos. Quem tiver qualquer sugestão para a gente voltar ao tema com um pouco mais de objetividade, eu estou à disposição.

Um abraço e até lá.

Está encerrada a reunião.